

Revista



FEBASE

Federação do Setor Financeiro



Diretores Adjuntos: Carlos Marques, Carlos Silva, Horácio Oliveira e Pereira Gomes

Ano III
N.º 28
1,50 €
Dezembro de 2012

Diretor: Delmiro Carreira



Santander aposta
na morosidade
da justiça

Ficha Técnica

Propriedade:
Federação do Setor Financeiro
NIF 508618029

Correio eletrónico:
revista.febase@gmail.com

Diretor:
Delmiro Carreira – SBSI

Diretores Adjuntos:
Carlos Marques – STAS
Carlos Silva – SBC
Horácio Oliveira – SBSI
Pereira Gomes – SBN

Conselho editorial:
Constança Sancho – SBSI
Firmino Marques – SBN
Patrícia Caixinha – STAS
Sequeira Mendes – SBC

Editor:
Rui Santos

Redação e Produção:
Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 062/090
Fax: 213 216 180

Revisão:
António Costa

Grafismo:
Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:
Xis e Érre, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 68.000 exemplares
(sendo 3.500 enviados por
correio eletrónico)
Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 307762/10
Registado na ERC: 125 852

sumário

SINDICAL | Atualidade

Crise condicionou adesão à greve de 14 de novembro **4**

UGT dá liberdade aos sindicatos **4**

CES saúda sucesso da jornada europeia **4**

Ver.di envia mensagem de solidariedade **5**

CONTRATAÇÃO | Banca

Sindicatos tentam minimizar efeitos da redução de efetivos no BCP **6**

"Annus horribilis" para os bancários **7**

Pagamento do subsídio de Natal a reformados do ex-Totta
Santander aposta na morosidade da justiça **8**

Febase e IC iniciam segunda fase de negociação do ACT **9**

Pensões dos bancários em nada contribuem para défice da Segurança Social **10**

CONTRATAÇÃO | Seguros

Vamos disputar a negociação coletiva **11**

Questões | Jurídicas

Veículo automóvel é prestação retributiva? **12**

Confisco dos subsídios e direito à contratação coletiva **14**

UGT | Concertação Social

UGT reivindica pagamento mensal de metade dos subsídios **16**

Repartição dos 13.º e 14.º meses em discussão pública **16**

Central ameaça romper relações com o Governo **17**

João Proença alerta Executivo **17**



18
| **STAS Actividade Seguradora**



21
| **Bancários Sul e Ilhas**



26
| **Bancários Norte**



29
| **Bancários Centro**



Texto: **CARLOS SILVA**

Esperança no futuro

Foi com estranheza que assistimos, num jornal de dimensão nacional, à publicação, na sua primeira página, de um título, em letras garrafais, que pretende responsabilizar os bancários pelo défice orçamental verificado nas contas da Segurança Social pública. Para além da inverdade da notícia, desmentida através de comunicado e ainda através da exigência, por parte da FEBASE, da publicação do direito de resposta, foi com maior estranheza que verificámos diversas reações de colegas bancários, acusando a FEBASE e os seus Sindicatos de nada fazerem para obviar aquela notícia, e ainda colocando em dúvida a seriedade e a consolidação jurídica do Acordo Tripartido que foi celebrado em finais de 2011, que promoveu a transferência de 6.000 milhões de euros dos Fundos de Pensões da Banca para a Segurança Social, valor respeitante aos bancários reformados à data de 31 de dezembro de 2011.

Parece que continua a fazer-se fé numa mentira repetida muitas vezes que, às tantas, se transforma numa verdade dogmática. Felizmente que assim não é. As Direções sindicais da FEBASE atuaram no limite das suas competências e defenderam os direitos dos seus associados. Os reformados bancários abrangidos por aquele Acordo receberam os seus subsídios de férias e de Natal. O mesmo não aconteceu aos restantes reformados e pensionistas da Segurança Social e da CGA.

Será que isto não serve de prova a todos quantos tentam desacreditar a atuação e o caráter de quem representa os trabalhadores bancários?

Num período extremamente difícil para a generalidade dos portugueses, que viram o OE/2013 ser aprovado, contendo uma carga fiscal nunca antes vista e que vai, certamente, piorar as condições de vida dos trabalhadores; quando assistimos à redução do quadro de pessoal do Millennium/BCP em centenas de postos de trabalho, depois de termos vivenciado situações análogas no Banif e no Barclays, sem esquecermos a integração do Finibanco no Montepio Geral e aguardando o desenvolvimento de outras eventuais reduções de pessoal por parte de outras IC; a situação na Parvalorem está ainda longe do seu epílogo; aguardamos a definição do quadro de pessoal do Banco BIC nas condições do Acordo-Quadro, celebrado entre o Governo e a entidade compradora; esperamos do Governo a clarificação das suas intenções quanto à reestruturação pretendida para o IFAP (ex-Ifadap); quando temos nas mãos uma proposta de revisão global do ACT do setor bancário apresentado pelas IC; perante um cenário tão dramático para o setor e para os seus trabalhadores/associados dos nossos Sindicatos, importa que as Direções e os restantes órgãos sindicais tenham a tranquilidade interna para acudirem a esta multiplicidade de fatores de instabilidade da nossa vida coletiva, com a clarividência que se impõe.

Todos juntos somos poucos para afrontar este tempo de incerteza. Em unidade saberemos e conseguiremos ultrapassar as dificuldades com que estamos confrontados.

Um santo e feliz Natal para todos os nossos associados e suas famílias e que a nossa unidade consiga ajudar-nos a viver 2013 com esperança no futuro. ■

Todos juntos
somos poucos
para afrontar este tempo
de incerteza.
Em unidade saberemos
e conseguiremos
ultrapassar
as dificuldades
com que estamos
confrontados

Crise condicionou adesão à greve de 14 de novembro

Texto: Inês F. Neto

Os sindicatos da Febase associaram-se à Jornada Europeia de Ação de Solidariedade da Confederação Europeia de Sindicatos (CES) e os trabalhadores do setor financeiro cumpriram um dia de greve a 14 de novembro. A CGD foi a instituição de crédito onde a paralisação teve maior expressão

Desemprego, redução de salários e pensões, dificuldades económicas, aumento da carga fiscal, restrições no acesso à saúde e educação, menos proteção social. As medidas de austeridade impostas aos cidadãos dos países do Sul da Europa – entre os quais Portugal – justificaram a jornada de ação e solidariedade da CES no dia 14 de novembro, que contou com iniciativas de protesto em 23 países.

A jornada europeia teve ainda como objetivo defender um Contrato Social na Europa e lutar contra o desmantelamento do modelo social europeu.

UGT dá liberdade aos sindicatos

A UGT apoiou a jornada de ação e solidariedade da Confederação Europeia de Sindicatos, mas não convocou greve para o dia 14 de novembro, por discordar dos pressupostos que levaram a CGTP a anunciar uma paralisação para aquele dia, antes mesmo da decisão da CES.

A UGT criticou a sua congénere portuguesa por ter tomado tal decisão sem diálogo prévio, como aconteceu nas greves gerais de 1988, 2010 e 2011.

No entanto, na base dos objetivos apresentados pela CES e tendo presente as reivindicações próprias que resultam da situação nacional de setores e empresas, a UGT apoiou as ações de luta dos seus sindicatos, incluindo greves.

Tais ações, sublinhou a central na Resolução do Secretariado, deveriam resultar "da vontade expressa pelos associados e não de atitudes de cúpula de desresponsabilização ou de motivação político-partidária".

Assim, e segundo a análise da central, das 75 associações sindicais filiadas, depositaram pré-avisos de greve 14 sindicatos e quatro federações (cerca de três dezenas de sindicatos), justificados por unidade na ação ou greves convergentes. Não houve qualquer adesão à greve geral declarada pela CGTP. ■

Em Portugal e Espanha a ação europeia ficou marcada pelo recurso à greve durante 24 horas. Nos restantes países a jornada pautou-se por paralisações parciais, manifestações e diversas iniciativas de protesto.

Os sindicatos da Febase decretaram greve, justificada pela difícil situação que os trabalhadores estão a viver e pela austeridade acrescida que o Orçamento do Estado para 2013 pretende impor aos portugueses, contribuindo para o aumento do desemprego, nomeadamente no setor financeiro.

Nestas circunstâncias, apelaram a todos os seus associados para que participassem neste dia de luta pela defesa dos postos de trabalho, dos direitos sociais, e por uma Europa dos trabalhadores.

CGD mais afetada

O descontentamento dos bancários e dos trabalhadores dos seguros é grande e a situação complicada que se vive no setor financeiro preocupa sobremaneira a classe, embora esses sentimentos não tenham tido uma expressão muito visível.

Com efeito, muitos trabalhadores fizeram chegar aos sindicatos o seu apoio à greve, mas justificando a não adesão por motivos económicos devido ao desemprego de um elemento do agregado fami-

liar. Noutros casos, em que ambos os membros do casal trabalham no setor, apenas um paralisou, minimizando assim o custo inerente ao protesto.

Ainda assim, muitos trabalhadores estiveram em greve no dia 14, embora o seu reflexo não tenha sido claro no encerramento de balcões, pois a abertura ao público foi assegurada com um número mínimo de trabalhadores. A Caixa Geral de Depósitos foi a instituição com mais balcões fechados.

Em termos globais, a greve teve uma adesão de cerca de 30% no setor bancário e de cerca de 8% no setor segurador.

O SBC organizou uma concentração frente à sua sede, em Coimbra, com início às 14h30. Respondendo ao apelo do sindicato, participaram na ação associados no ativo e reformados.

Na concentração compareceram também diversos sindicatos filiados na UGT/Coimbra, tendo usado da palavra Juvenal de Sousa (Sindel) e Jacinto Santos (Sintap).

Problemas concretos

Além das dificuldades transversais a todos os portugueses resultantes da ultra-austeridade imposta pelo Governo, os bancários e os trabalhadores dos seguros têm problemas concretos que pesaram na



Os sindicatos da Febase associaram-se à Jornada da CES e o SBC organizou uma concentração frente à sua sede

decisão das direções sindicais de convocarem greve.

Os trabalhadores do setor financeiro estão a ser particularmente atingidos pela crise. Nunca o setor viveu um momento de redução de postos de trabalho como aquele a que agora se assiste, e quando as perspetivas de encontrar um novo emprego são tão reduzidas.

Aos trabalhadores de Instituições do Sector Empresarial do Estado ou que se integram no Regime de Contrato em Funções Públicas (BdP, Grupo CGD, IFAP, DRAPS, BPN Crédito, Parvalorem, Fidelidade, ISP e Real Vida Seguros), o Governo mantém um

regime de inexplicável exceção nas condições contratuais aplicáveis e propõe para os anos vindouros um agravamento deste regime de exceção.

E, de forma inaceitável, o Governo não pretende cumprir em 2013 a decisão do Tribunal Constitucional e retomar o pagamento dos 13.º e 14.º meses aos reformados e pensionistas e aos trabalhadores do sector público e das empresas do Estado.

O Orçamento do Estado vem ainda pôr em causa a independência do Banco de Portugal, abrindo a possibilidade de cortes salariais aos seus trabalhadores. ■



CES saúda sucesso da jornada europeia

"A ação de 14 de novembro pelo emprego, pela solidariedade e contra a austeridade foi um grande sucesso e um marco na história da CES", afirmou Bernadette Ségol, secretária-geral da organização, ao fazer o balanço do dia de protesto na Europa.

A mobilização organizada pela Confederação Europeia de Sindicatos (CES) teve como objetivo fortalecer a oposição às "destrutivas políticas de austeridade" impostas pela troika e dar impulso à promoção de um pacto social para a Europa, através de um verdadeiro diálogo social, uma política económica que favoreça o emprego de qualidade e a solidariedade económica entre os países.

A jornada europeia revestiu-se de diversas iniciativas – de greves (gerais ou parciais) a manifestações e ações de solidariedade – em 23 países do continente. Teve ainda o apoio de organizações sindi-

cais mundiais, como a Confederação Sindical Internacional (CSI).

Milhares de pessoas em toda a Europa responderam ao apelo da CES e dos sindicatos nacionais e expressaram na rua a sua rejeição pelas brutais medidas de austeridade, exigindo aos governos e à União Europeia uma mudança de política.

Assim, em Portugal e Espanha registaram-se greves gerais de 24 horas, enquanto na Grécia e em Itália foram de, respetivamente, três e quatro horas. França e Reino Unido optaram por paralisações parciais. Na maioria daqueles países realizaram-se, simultaneamente, marchas, manifestações e comícios, tendo como principais palavras de ordem o fim da austeridade e a exigência de solidariedade entre países. Em alguns casos registaram-se confrontos entre agentes policiais e manifestantes.

Na generalidade, os setores mais afetados foram o dos transportes, educação, função pública e saúde.

Na Bélgica, os sindicatos convocaram ações de protesto, paralisações setoriais e manifestações junto às representações diplomáticas dos países mais afetados pela crise, como Portugal, Grécia, Irlanda, Espanha e Chipre.

Por fim, países como a Áustria, Irlanda, Holanda, Dinamarca, Suécia, Letónia, Lituânia, Chipre, Malta, Croácia, Luxemburgo e Suíça promoveram ações de solidariedade. Já os alemães, checos, polacos, eslovacos, húngaros, eslovenos, romenos, búlgaros e turcos optaram por expressar o seu descontentamento em manifestações.

"A extensão da mobilização e participação dos trabalhadores e a determinação do movimento sindical devem fazer pensar os líderes europeus", avisou Bernadette Ségol, acrescentando que é altura de

admitirem que "a austeridade é um fracasso, tanto economicamente como em termos de desenvolvimento social. Os cidadãos europeus não podem mais".

A secretária-geral da CES lembrou o recente alerta da OIT, reconhecendo que "as medidas de austeridade tomadas na Grécia estão a levar a uma violação de direitos, inclusive dos princípios-chave da negociação coletiva, base da democracia e da paz social".

"É a enésima confirmação da validade da nossa rejeição destas políticas desastrosas. Não pararemos de repetir: é impossível continuar no caminho da austeridade", concluiu a dirigente sindical.

Ver.di envia mensagem de solidariedade

O Sindicato Unido de Serviços ver.di, da Alemanha, enviou uma mensagem de solidariedade aos seus congéneres dos países do Sul da Europa – Portugal, Grécia, Irlanda, Itália e Espanha – manifestando o seu apoio às ações de luta desencadeadas a 14 de novembro.

Depois de o Conselho do ver.di – órgão máximo entre congressos – ter debatido a política de austeridade e seus efeitos nefastos em muitos países da Europa, o sindicato alemão, em cooperação com os da Áustria e da Suíça, realizaram atos públicos e em empresas para debater o endividamento público e as propostas sindicais alternativas para a crise económica e financeira global, que já dura há mais de cinco anos.

"Sobretudo no Sul da Europa as pessoas sofrem os impactos de uma crise pela qual não são responsáveis. Enquanto os trabalhadores carregam o pesado fardo, os responsáveis pela crise nos centros financeiros e os proprietários de grandes fortunas escapam ilesos", denuncia o ver.di na mensagem.

Criticando a austeridade "rigorosa e unilateral" que agrava a crise, aumenta o desemprego e cria "condições insuportáveis para os assalariados", o sindicato alemão lembra que "a proteção social é mais necessária que nunca". "Não obstante, os salários são reduzidos, os direitos dos trabalhadores aniquilados, e o valor das reformas e dos benefícios sociais diminuídos".

Crise não conhece fronteiras

Os direitos dos trabalhadores são direitos fundamentais: "Recusamos a investida contra a negociação coletiva e as tentativas de aniquilar os direitos dos trabalhadores. A redução dos direitos e da proteção social dos trabalhadores não é a resposta certa", avisa o ver.di.

"Em vez da política de austeridade que vai levar a Europa ao abismo, urge encontrar soluções solidárias e um início dum programa em prol do crescimento e do emprego. O que está em jogo não são apenas as condições de trabalho e as perspetivas de vida de nossos colegas na Espanha, Grécia, Irlanda ou Portugal. A crise não conhece fronteiras nacionais: caso os direitos dos trabalhadores em alguns países da Europa sejam aniquilados e caso a procura continue a cair, mais cedo ou mais tarde todos serão afetados", advertem os sindicalistas alemães.

Para resistir à "redução insuportável" dos direitos e da proteção social, os trabalhadores da Europa precisam estar unidos, sublinham.

"Estamos unidos na luta por uma Europa democrática e social ameaçada por uma política que afunda um número crescente de países no círculo vicioso da austeridade e da recessão", conclui a missiva do ver.di, assinada pelo seu presidente, Frank Bsirske, e pela presidente do Conselho Sindical, Monika Brandl. ■

Caso mais recente num ano catastrófico para os bancários

Sindicatos tentam minimizar efeitos da redução de efetivos no BCP

TEXTO: **INÉS F. NETO**

Os sindicatos da Febase mantêm um contacto permanente com a administração do BCP, chamando a atenção para os casos mais dramáticos envolvidos no processo de rescisões de contrato despoletado pelo banco e exigindo que não seja exercida pressão sobre os trabalhadores, de forma a que estes possam decidir em consciência e de acordo com sua situação pessoal e familiar. Este é o mais recente caso do ano mais difícil que a classe já enfrentou

Desde que a 6 de novembro a administração do BCP anunciou formalmente aos sindicatos a sua intenção de reduzir 600 postos de trabalho através de um processo de rescisões de contrato – com o objetivo de reduzir os custos do trabalho, por força da imposição decorrente do recurso ao fundo de capitalização da banca –, a Febase não tem poupado esforços para

salvaguardar os interesses dos trabalhadores e tentar, na medida do possível, minorar os efeitos de uma medida devastadora para a vida daqueles que representa.

Nesse sentido, reuniu-se já por cinco vezes com a administração do banco – a última das quais no dia 7 –, tentando sensibilizá-la para as consequências devastadoras deste processo e alertan-



O que propõe o Banco

Para as rescisões (cessação de contrato por acordo), o BCP propõe aos trabalhadores:

- Uma indemnização que contempla 1,7 salários por cada ano de serviço, sendo considerada a remuneração mensal líquida (retribuição base, diuturnidades, complementos e isenção de horário), bem como a antiguidade na banca. Somam-se ainda os salários até à data da cessação e respetivos proporcionais de férias e subsídios de férias e Natal;

- Apoio ao desemprego: o banco requereu ao Ministério da Economia e do Emprego o estatuto de empresa em reestruturação que, a ser concedido, garante o direito ao subsídio de desemprego aos trabalhadores que rescindam contrato. Se tal não acontecer, o BCP assegura o pagamento mensal de um montante equivalente ao subsídio de desemprego pelo período a que o trabalhador teria direito;

- Manutenção de benefícios: condições do crédito à habitação e do crédito para fins sociais, nomeadamente a taxa de juro em vigor;

- Continuação do seguro de saúde Médis (mantém as coberturas em vigor mas sem capitais ilimitados) durante um ano para os trabalhadores até 50 anos de idade e dois anos para os que tenham idade superior, abrangendo o cônjuge ou equiparado e descendentes até aos 24 anos;

- Apoio à recolocação no mercado de trabalho através dos serviços de uma empresa especializada;

- Linha de microcrédito para quem deseje iniciar atividade por conta própria;

- Plano Complementar: se o ISP autorizar o BCP a alterar o contrato constitutivo do Fundo de Pensões, os trabalhadores terão direito a transferir para outro fundo as respetivas unidades de participação do Plano Complementar.

Além das rescisões, o banco propõe-se ainda proceder a um conjunto de reformas antecipadas – cujo número não quantificou, alegando a baixa média etária do banco (cerca de 43 anos).

Nos encontros, os sindicatos alertaram ainda a administração para a necessidade de ser encontrada uma forma de minimizar os custos para os trabalhadores, nos casos em que o subsídio de desemprego seja assegurado pelo banco e não pela Segurança Social (ver caixa da página 6).

E, no seguimento de um conjunto de reivindicações apresentado pelos sin-

encontro do SBN esteve presente uma centena de trabalhadores e no do SBC cerca de duas dezenas de sócios. Em todos os casos marcaram presença membros das Direções, dos Corpos Gerentes e advogados dos Serviços Jurídicos.

Ficou claro nestes encontros que os trabalhadores não querem indemni-

"Annus horribilis" para os bancários

"Annus horribilis", expressão latina que significa "ano horrível ou dos horrores", pode infelizmente aplicar-se com toda a propriedade ao que 2012 tem sido para os bancários.

De facto, em 2012 o setor foi confrontado com um conjunto de situações que há uns anos seria impensável verificarem-se na banca.

Além das já tradicionais reformas antecipadas e dispensa de trabalhadores contratados a termo, a banca perdeu a "vergonha" e começou a recorrer a outros meios para atingir o objetivo em vista, ou seja, reduzir o número de efetivos.

Para tal, os bancos têm recorrido a rescisões mais ou menos "amigáveis". Recordem-se os casos recentes do Barclays (cerca de 200 trabalhadores), do Banif (cerca de 280) e, agora, do BCP (cerca de 600 pessoas).

Os trabalhadores estão a ser confrontados no seu dia-a-dia com situações dramáticas e, nomeadamente no BCP, as alternativas que pairam no ar são, na opinião dos sindicatos, bem mais gravosas, na medida em que a perspetiva poderá ser um despedimento coletivo.

Estas medidas são o resultado da crise que definitivamente atingiu o setor bancário, à qual, em alguns casos, se soma eventualmente uma gestão nem sempre adequada à realidade praticada nos vários bancos em causa.

do para situações extremamente dramáticas que devem ser tidas em conta.

Este contacto permanente é o resultado do acordo entre as partes, segundo o qual os sindicatos reúnem-se semanalmente com o grupo do banco coordenador do processo, para conjuntamente fazerem um ponto de situação.

A administração do BCP admitiu a existência de situações graves de trabalhadores que, por desconhecimento, não foram avaliadas, adiantando que após o alerta dos sindicatos está agora a fazê-lo.

Os sindicatos da Febase expressaram o seu mais veemente repúdio pelas chantagens e pressões que estão a ser exercidas sobre os trabalhadores alvo de propostas de rescisão. Face a esta denúncia, a administração admitiu que possam ter acontecido, mas nunca por instruções superiores, e comprometeu-se a reafirmar as suas indicações junto das hierarquias para que tal não volte a repetir-se.

dicatos no sentido de se efetuarem alterações no clausulado do contrato de rescisão proposto aos trabalhadores, a administração do BCP assumiu que qualquer acordo feito com um trabalhador que seja melhor do que o proposto será extensivo aos restantes.

Reuniões com trabalhadores

Entretanto, no dia 13 de novembro os Sindicatos dos Bancários da Febase realizaram reuniões com os trabalhadores da sua área geográfica envolvidos no processo de rescisões de contrato, tendo como objetivo possibilitar aos trabalhadores exporem pessoalmente as suas preocupações à Direção do respetivo Sindicato.

A reunião do SBSI teve lugar no Taguspark (em instalações alugadas, por o Banco não ter cedido o seu auditório) e contou com a participação de cerca de 130 associados. Já no

zações ou quaisquer benefícios – que, sim, manter o posto de trabalho.

As Direções do SBSI, do SBN e do SBC manifestaram total solidariedade para com todos os trabalhadores, assegurando que tudo farão para minimizar os devastadores efeitos deste processo despoletado pelo banco, articulando-se entre si para melhor defenderem os interesses dos seus associados.

E tal como já tinham avançado, voltaram a garantir todo o apoio, quer sindical quer jurídico ou judicial de que os trabalhadores venham a necessitar para melhor se defenderem da agressão de que estão a ser vítimas.

Decisão deve ser livre e sem pressões

Ao contrário de outras organizações, que publicamente classificaram a proposta do BCP como "um 'bouquet' de compensações interessante", o SBSI e

os restantes sindicatos da Febase consideram que esse juízo de valor apenas cabe a cada trabalhador individualmente, atendendo à sua situação pessoal e familiar e às suas perspetivas futuras.

Os sindicatos da Febase continuam a aconselhar os seus associados a não se precipitarem na tomada de decisão, cedendo a chantagens e pressões, e a recorrer aos serviços jurídicos para esclarecimento de quaisquer dúvidas.

Embora não tenha sido possível obter a garantia do banco de que não recorrerá ao despedimento coletivo, a direção do BCP adiantou aos sindicatos que "não gostaria de ouvir pronunciada a palavra despedimento coletivo dentro da empresa", uma solução que a Febase repudia e tudo fará para que não venha a concretizar-se.

No entanto, os sindicatos da Febase continuarão a acompanhar o processo, tendo em vista a defesa dos reais interesses dos associados. ■

Pagamento do subsídio de Natal a reformados do ex-Totta

Santander aposta na morosidade da justiça

Texto: INÉS F. NETO



Os sindicatos da Febase reuniram-se com a administração do Santander com o objetivo de tentarem sensibilizá-la para o pagamento do subsídio de Natal (13.º mês) aos reformados oriundos do Totta e inscritos no regime geral da Segurança Social

A Febase solicitou uma reunião ao Santander, que se realizou dia 16 de novembro. No encontro, a administração do banco reafirmou a posi-

ção definida aquando do pagamento do 14.º mês, ou seja, que tal situação não teria correspondência no subsídio de Natal.

Em defesa do pagamento do 13.º mês aos reformados em causa, os sindicatos lembraram a confortável situação do banco, segundo os dados recentemente conhecidos sobre os seus lucros.

Mas apesar da insistência dos sindicatos, a administração do Santander manteve inalterada a sua posição, sustentando a argumentação despendida em abril e agora reforçada com o facto de o assunto se encontrar entregue ao tribunal.

Recorde-se que o Santander Totta tentou uma ação contra todos os subscritores do ACT para interpretação da cláusula 136.ª da convenção coletiva, referente ao pagamento dos subsídios de férias e de Natal.

Na ação, o banco contesta o pagamento do 14.º mês aos reformados e pensionistas integrados na Segurança Social e não inscritos na CAFEB à data da passagem à situação de reforma. Os sindicatos efetuaram alegações escritas e apresentaram um parecer jurídico ao tribunal.

Face a esta posição irredutível do Santander, os sindicatos aguardam a decisão do tribunal, que se ambiciona rápida para não penalizar ainda mais os reformados atingidos. No entanto, não podem deixar de lamentar o facto de o banco estar a utilizar em seu proveito a lentidão da Justiça portuguesa para inviabilizar o pagamento do subsídio de Natal aos reformados, não assegurando sequer o procedimento havido em abril relativamente ao 14.º mês.

Os sindicatos mantêm a convicção de que a razão está do lado dos trabalhadores e o banco terá de repor as verbas agora não atribuídas – e tudo farão para defender os interesses daqueles que representam. ■

Situções análogas

O Santander não foi o único banco a enviar uma carta aos reformados inscritos no regime geral da Segurança Social avisando-os de que pagaria o 14.º mês mas tal situação não se repetiria aquando do subsídio de Natal.

Comportamento análogo ao Santander tiveram o BCP e a CGD relativamente aos reformados de instituições entretanto extintas e cujos trabalhadores foram integrados nos seus quadros, respetivamente do ex-Banco de Angola e do ex-BNU.

A explicação adiantada pelos bancos fundamenta-se na ação intentada pelo Santander Totta, que envolve toda a banca. Ou seja, a ação para interpretação da cláusula 136.ª da convenção coletiva, referente ao pagamento dos subsídios de férias e de Natal, foi intentada contra todos os subscritores do ACT.

Revisão global da convenção coletiva

Febase e IC iniciam segunda fase de negociação do ACT

A Febase e o grupo negociador das instituições de crédito (IC) iniciaram a discussão na especialidade das duas propostas sobre a revisão global do ACT. Têm a primazia as cláusulas em que não foram identificadas divergências profundas entre as partes

Texto: INÉS F. NETO

A Federação do Setor Financeiro e o grupo negociador das instituições de crédito (IC) subscritoras do ACT do setor bancário concluíram já a primeira análise ao conjunto do clausulado constante dos dois documentos relativos à revisão global da convenção coletiva: a proposta da banca e a resposta da Febase.

O receio da Febase desde a receção do documento das IC – que denunciaram o IRCT em vigor – parece confirmar-se: a banca quer efetivamente criar uma nova convenção que, além das matérias cujo conteúdo está previsto no Código do Trabalho, a liberdade daquilo a que chama os "empecilhos" do atual acordo coletivo.

Ao fim de sete sessões negociais, as IC mantêm-se intransigentes na sua posição, considerando que o atual ACT contém demasiados automatismos que limitam a sua liberdade de gestão, justificando assim a eliminação desses "obstáculos" constante da sua proposta. Também a Febase tem defendido firmemente a sua postura inicial: indisponibilidade para acolher tais pretensões, remetendo esta matéria para a discussão na especialidade, que terá lugar oportunamente.

Recorde-se que na primeira abordagem, agora concluída, foi feita uma leitura exaustiva de todas as cláusulas de ambas as propostas em debate. A metodologia seguida é inovadora face a anteriores negociações, já que permitiu dividir o clausulado em três grandes grupos: no primeiro foram incluídas as cláusulas convergentes, ou seja, as que não suscitam conflitualidade entre as partes; o segundo grupo contempla uma série de cláusulas que contêm redação divergente, bem como outras que consagram normas constantes do Código

do Trabalho. Foi classificado como de "divergência de pormenor", por estar em causa um ajustamento de redação e/ou a escolha e definição do que da lei deve ser transposto para o novo ACT, nomeadamente quanto a normas imperativas.

Por último, o terceiro grupo de cláusulas reúne as que suscitam "divergência profunda" entre as partes e nele se incluem matérias que se prendem, nomeadamente, com os automatismos, o exercício da atividade sindical e os SAMS.

Sublinhe-se que relativamente aos SAMS o essencial das divergências situa-se na expressão "enquanto não se verificar a integração dos trabalhadores bancários no SNS" (como consta do ACT em vigor), bem como no valor *per capita* a suportar pelas IC, o que só deverá ficar definido mais para o final do processo negocial. Já quanto à contribuição dos trabalhadores (1,5%), não existe qualquer proposta de alteração, devendo manter-se inalterada.

Quanto ao exercício da atividade sindical, a proposta da banca cinge-se ao Código do Trabalho. No entanto, em sede negocial, as IC já admitiram não por em causa a existência de elementos sindicais a tempo inteiro, sendo esta uma das matérias a debater posteriormente.

Acerto de redação

Na última sessão de negociações, realizada dia 4, as partes iniciaram a discussão das cláusulas incluídas no segundo grupo, ou seja, aquelas em que as divergências são de pormenor.

Na maioria destes casos, o que está atualmente em debate prende-se com detalhes de redação, estando as partes



a procurar um acordo que permita a sua aprovação final.

Como é frequente acontecer no decurso de um processo negocial, é possível que cláusulas onde à partida há convergência de entendimento venham a sofrer alterações, tanto mais que a aprovação definitiva só acontecerá na globalidade no final das negociações, razão pela qual a Febase só mais tarde procederá à divulgação dos documentos.

Este é um processo negocial com características especiais, pois pela primeira vez no setor bancário os sindicatos estão perante a denúncia da convenção coletiva. Nesta situação, a lei estipula prazos para a conclusão das negociações (ainda cerca de cinco anos), findo o qual e na falta de acordo o ACT pode caducar, com as consequências previstas legalmente.

A caducidade da convenção coletiva não interessa a nenhuma das partes, tendo também o grupo negociador afirmado não pretender o vazio contratual no setor, pois tem consciência da instabilidade que tal criaria na banca.

Revisão salarial

Para a Febase mantêm-se em cima da mesa as questões relacionadas com a atualização salarial para 2012.

No entanto, e sucessivamente, o grupo negociador das IC insiste na sua posição: não existem ainda condições para procederem a aumentos salariais.

A próxima ronda negocial está agendada para dia 18. ■

"Correio da Manhã" prestou um mau serviço aos leitores

Pensões dos bancários em nada contribuem para défice da Segurança Social

Sob o título de primeira página "Bancários agravam buraco das reformas", o "Correio da Manhã" publicou uma notícia falaciosa sobre as pensões dos bancários. A Febase quer ver reposta a verdade, pelo que emitiu um comunicado e solicitou ao jornal a sua publicação, ao abrigo do direito de resposta previsto na Lei de Imprensa

A Febase não pode deixar de manifestar a sua indignação por mais uma notícia falaciosa sobre as pensões dos bancários, que mais não faz do que confundir os cidadãos e pôr trabalhadores contra trabalhadores. É imperioso repor a verdade.

O défice da Segurança Social em nada se deve às pensões dos bancários, já que o sistema público apenas serve de veículo entre o Ministério das Finanças e os bancos para o pagamento daquelas reformas, asseguradas através dos seis mil milhões de euros dos fundos de pensões que em 2011 foram transferidos para o Estado para garantir o cumprimento da meta do défice assumido por Portugal com a troika.

Apesar de todos os esclarecimentos já prestados sobre o Acordo Tripartido celebrado entre a Federação do Setor Financeiro (Febase), o Governo e a APB que permitiu a transferência de parte do valor dos fundos de pensões da banca para o Estado, um ano depois alguma comunicação social, como recentemente o jornal "Correio da Manhã", continua a divulgar notícias enganadoras que outro objetivo não têm do que lançar a confusão e colocar a população contra os bancários.

Urge repor a verdade

Ao final da tarde de 21 de novembro, Rui Riso, secretário-geral da Febase, foi contactado pela jornalista do "Correio da Manhã" Raquel Oliveira para que se pronunciasse acerca do conteúdo de um relatório sobre a Segurança Social onde se afirma que o défice do sistema público é agravado pelo paga-

mento das pensões dos reformados bancários.

Mais uma vez, ao ser interpelado sobre esta matéria que há cerca de um ano tem vindo a ser alvo das notícias mais dispare e que em muitos casos revelam desconhecimento e superficialidade de análise, o secretário-geral da Febase não deixou de explicar que a responsabilidade pelo pagamento das pensões de reforma dos bancários pertence ao Estado.

Assim, durante largos minutos, o secretário-geral da Febase voltou a explicar à jornalista todo o processo. Ou seja, que os fundos de pensões dos bancários não foram integrados na Segurança Social e que esta apenas serve de veículo para o envio das respetivas importâncias aos bancos para que es-

Apesar de todas estas explicações, repetidas vezes sem conta ao longo do último ano, parte das notícias vindas a público deturpam a realidade e tiveram como resultado pôr trabalhadores contra trabalhadores, procurando atingir os sindicatos da Febase por terem defendido, e bem, os interesses dos seus representados através da celebração do terceiro Acordo Tripartido, cujos princípios foram vertidos no Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de dezembro.

É, pois, altura de as notícias sobre as pensões de reforma dos bancários deixarem de ser sistematicamente deturpadas nas páginas dos jornais, como é o caso.

Lamentavelmente, e apesar de toda esta informação ter sido adiantada à jornalista Raquel Oliveira, a notícia do "Correio da Manhã" nada referiu, exceto no que se



tes procedam ao pagamento das pensões de reforma previsto nos diversos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho (IRCT).

Os seis mil milhões de euros dos fundos de pensões transferidos para a esfera do Estado destinaram-se, em parte, e por decisão do Governo (quatro mil e quinhentos milhões), a equilibrar o défice das contas públicas em 2011.

É com base neste processo e no acordo firmado com os sindicatos da Febase que os bancários reformados recebem 14 meses de pensões. Como voltou a explicar ao "Correio da Manhã" o secretário-geral da Febase, se assim não fosse apenas teriam sido transferidas as verbas relativas a doze meses, continuando a ser da responsabilidade dos fundos de pensões da banca, que continuam a existir, o pagamento dos 13.º e 14.º meses.

refere ao facto de a Segurança Social pública ser apenas o veículo de pagamento.

Esperava-se do "Correio da Manhã" uma explicação sobre o título da véspera mas, pelo contrário, as declarações do ministro da Segurança Social – que confirmaram tudo o que o secretário-geral da Febase tinha transmitido à jornalista Raquel Oliveira – não ocuparam a primeira página, sendo publicada uma notícia de meia dúzia de linhas a uma coluna na última página.

A Febase não pretende interferir nos critérios editoriais do "Correio da Manhã", mas não pode deixar de manifestar a sua mais veemente indignação pela forma como o jornal tem tratado este assunto, tendo, ao contrário do que se espera da comunicação social, desinformado e contribuído de uma forma clara para confundir os portugueses. Na prática, prestou um mau serviço a todos quantos o leem. ■

Nós estamos em jogo

Vamos disputar a negociação coletiva



TEXTO: JOSÉ LUÍS PAIS

Novo Contrato Coletivo de Trabalho demonstra não apenas a nossa razão, mas fundamentalmente a nossa força e capacidade para defender e resolver os problemas que se colocam aos trabalhadores que representamos.

Hoje é claro, para todos nós e reconhecido por milhares, que a verdade e a democracia do diálogo foram a estratégia inequívoca para o resultado conseguido nas últimas negociações.

Registe-se ainda o facto de muitos trabalhadores, sem filiação sindical nos sindicatos subscritores, terem aderido ao CCT, além daqueles que se filiaram porque o consideraram mais benéfico.

E, não menos importante, estamos em condições de prosseguir o "campeonato", o que nos permite disputar novas negociações.

E assim fizemos chegar em 29 de novembro, à Associação Portuguesa de Seguradores (APS), a proposta de alteração parcial do clausulado e a proposta de atualização da tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária para o ano de 2013.

Com serenidade entraremos em "campo", com a camisola da Febase (Federação também constituída por nós – STAS – e pelo SISEP, no que respeita ao setor segurador), motivados para um novo jogo e dispostos a discutir o resultado, embora reconhecendo que os tempos atuais são extremamente difíceis.

Sabemos, contudo, o que queremos e temos a noção da justiça das nossas pretensões.

Ao fim e ao cabo, lutaremos pela melhoria das condições contratuais dos trabalhadores da atividade seguradora.

Aqui deixamos alguns exemplos das alterações sugeridas: **cláusula 2.ª** - alteração das alíneas b) e c) do n.º 1 e do n.º 3, passando a outorgante do CCT a

ser a Febase (em representação do STAS e do SISEP); **cláusula 7.ª** - incluir a progressão na carreira técnica; **cláusula 19.ª** - aumento da percentagem a pa-

gar, a título de trabalho suplementar; **cláusula 31.ª** - considerar que as faltas de membros de órgãos sociais dos sindicatos são justificadas, sem perda de retribuição; **cláusula 41.ª** - alterar as condições de atribuição do prémio de permanência; **cláusula 46.ª** - alargamento das condições nos seguros próprios, aos trabalhadores cujas empresas não explorem determinados ramos; **anexo VI** - categoria profissional e nível no anterior CCT: chefe de operação...II, grupo profissional no atual CCT...técnico, categoria profissional no atual CCT...técnico, ordenado base...1256,79. ■

ANEXO II

Proposta de tabela salarial e subsídio de refeição para 2013

Inflação prevista para 2013	2,00%
(Previsão do Conselho do BCE de 02/08/12, Indicadores da conjuntura do Banco de Portugal n.º 8 de 17/08/12)	
Produtividade do fator trabalho	0,50%
Total	2,50%

A - Tabela salarial

Ordenado base mensal (em euros)

Banda salarial	Valor mínimo obrigatório	Referencial para o limite superior
A	2.019,89	3.075,00
B	1.600,62	2.336,68
C	1.079,44	2.336,68
D	1.157,62	1.321,80
E	987,66	1.288,21
F	863,65	1.079,44
G	687,48	1.079,44

B - Subsídio de refeição

Subsídio diário de refeição (cláusula 35.ª)	€9,25
---	-------

ANEXO III

Outras cláusulas de expressão pecuniária (em euros)

Cláusulas	Valores
Cláusula 39.ª, n.º 2 - valor das despesas de serviço em Portugal: Por diária completa	74,85
Refeição isolada	12,05
Dormida e pequeno-almoço	50,75
Cláusula 39.ª, n.º 5 - valor por quilómetro	0,41
Cláusula 40.ª - valor diário das despesas de serviço no estrangeiro	152,65

Veículo automóvel é prestação retributiva?

Texto: JOSÉ FREDERICO*

No primeiro texto que escrevi para esta revista, manifestei a intenção de fugir à tentação de escrever textos de discussão ou de divulgação de normas legais ou contratuais, privilegiando a intenção de dar a conhecer decisões judiciais que se tenham debruçado sobre assuntos que, de algum modo, interessem aos bancários.

Continuo a considerar que a divulgação destas decisões pode ser importante num momento em que os trabalhadores portugueses, no geral e os bancários, em especial, vivem momentos muito difíceis, em que, para além dos postos de trabalho em crise, tomamos conhecimento, quase diariamente, de regalias que são retiradas aos trabalhadores, agravando a sua qualidade de vida.

Mas, ainda, pode ser importante, no meu entender, porque, conhecendo estas decisões, os trabalhadores bancários poderão ver nelas indícios que justifiquem um esclarecimento junto do seu Sindicato e do respetivo serviço jurídico.

É o caso que ocorreu, há já algum tempo, numa instituição bancária que, de um momento para o outro, decidiu retirar à generalidade dos seus trabalhadores os veículos automóveis que, há largos anos lhes estavam atribuídos, sem sequer ponderar a natureza dessa atribuição.

Perguntar-se-á: terá sido lícita esta decisão?

Segundo o Artigo 258.º e seguintes do Código do Trabalho, que consagra os princípios gerais sobre a retribuição, esta abrange o conjunto de valores, pecuniários ou não (Art.º 259.º), que, nos termos do contrato, das normas que o regem ou dos usos, o empregador está obrigado a pagar, regular e periodicamente ao trabalhador, como contrapartida do seu trabalho, presumindo-se, até prova em contrário, constituir retribuição toda e qualquer prestação da entidade patronal ao trabalhador – n.º 3 do mesmo artigo.

Partindo destes princípios gerais, o Tribunal de Trabalho de Coimbra respondeu à questão da forma que, no essencial, passamos a transcrever:

"A retribuição é, pois, um conjunto de valores, expressos ou não em moeda, a que o trabalhador tem direito, por título

contratual ou normativo, correspondente a um dever da entidade patronal".

A primeira característica da retribuição é a de que ela representa, em princípio, a contrapartida da prestação de trabalho, como tal fixada pela vontade das partes, pelas normas que regem o contrato de trabalho ou os seus usos. Sendo a retribuição a contrapartida da atividade prestada pelo trabalhador em sede de contrato individual de trabalho, ela é paga normalmente em numerário. Tal não impede que uma parte da retribuição, pelo menos, não possa ser paga em espécie, como sucede com a atribuição de alimentos, refeições ou o uso de viaturas.

Porém, a utilização de um veículo automóvel da empresa, com todos os custos a cargo desta, tanto pode configurar um mero instrumento de trabalho, porque é usada durante e por causa da prestação laboral, como pode configurar uma parcela da retribuição do trabalhador, quando o empregador autoriza o trabalhador a usar o veículo irrestritamente, para além do horário normal de trabalho, maxime, em fins de semana, feriados e férias. Nesta situação, evitando o trabalhador de adquirir viatura própria para se deslocar de e para o trabalho e em toda a sua vida pessoal e familiar, o empregador confere-lhe uma vantagem patrimonial, suscetível de avaliação em numerário, que integra a designada retribuição em espécie.

(...)

Vindo provado que o R. atribuiu a viatura ao A. para utilização plena, provou-se ainda o seu uso pós-laboral, em fins de semana e em férias.

Com efeito, provado ficou que o referido veículo automóvel foi atribuído ao A. em "regime de utilização plena" isto é para este o usar, em deslocações em seu próprio benefício, sem qualquer restrição, nas suas deslocações e, da sua família, incluindo os fins de semana e durante as férias que, nas deslocações da viatura ao serviço do Réu, este era exclusivamente conduzido pelo A., com exclusão de qualquer outro trabalhador e ainda que, para além das utilizações da viatura pelo A. ao serviço do R., todas as demais foram sempre, exclusivamente, para seu uso pessoal e da sua família.



Assim provado tal uso irrestrito, afigura-se-nos que igualmente se demonstrou que tal atribuição foi efetuada pelo R., não a título de liberalidade mas, sim, a título de prestação contratual.

Sendo a atribuição feita a título de contraprestação do trabalho efetuado, integra a retribuição e, por isso, não poderia ser retirada ou diminuída. Assim e face aos factos dados como provados, entendemos que o A. demonstrou que a atribuição da viatura configura um direito, situação em que tal atribuição integra a retribuição do trabalhador".

Importava pois saber, em consequência, qual o montante em que se traduziria, mensalmente, este direito a beneficiar da atribuição de um veículo automóvel "em regime de utilização plena".

Considerando que a utilização de um veículo "em regime de utilização plena" inclui o respetivo seguro de responsabilidade civil obrigatória – ramo automóvel, bem como a respetiva manutenção, e que a prestação mensal de um contrato de aluguer e prestação de serviços de veículos sem condutor para um veículo com as características do

veículo que fora atribuído ao trabalhador pela Instituição atingiria o montante de 788,12 euros, o Tribunal apreciou e decidiu:

Tendo sido provado que a utilização do veículo incluía o respetivo seguro de responsabilidade civil obrigatória – ramo automóvel, bem como a respetiva manutenção e que a prestação mensal de um contrato de aluguer e prestação de serviços de veículos sem condutor para um veículo com as características do veículo que fora atribuído ao trabalhador é de 788,12 euros "afigura-se como justo e equitativo fixar o valor

da vantagem patrimonial em que se traduz a atribuição da viatura automóvel em 825 euros mensais (Art.º 566.º, n.º 3 do Código Civil)."

Para além disto, condenou ainda e, consequentemente, a mesma Instituição Bancária na obrigação de indemnizar o trabalhador, fundada na violação do contrato o que implicou a restituição ao trabalhador de todas as quantias pagas pelo veículo (que o trabalhador então adquiriu e que excederam o valor acordado para a sua aquisição). ■

*Advogado do SBC

Confisco dos subsídios e direito à contratação coletiva

A comunicação social tem publicado informações pouco claras sobre a questão do pagamento dos subsídios de férias no ano de 2012 a pessoal dos gabinetes ministeriais, na sequência de requerimentos de dois deputados. As notícias publicadas geraram, inclusive, a ideia em alguns trabalhadores de que viriam eventualmente a beneficiar de uma mudança de atitude do Governo que quicá viriam a receber o subsídio de férias em 2012

Texto: **José Leitão***

Conviém por isso esclarecer a situação, bem como recordar os termos em que é necessário prosseguir o combate ao confisco dos subsídios de férias e de Natal.

Os factos

Do conjunto de perguntas dos deputados e das quatro respostas dadas pelo Governo, é possível apurar os seguintes factos: "131 membros dos gabinetes receberam subsídio de férias "relativos a férias vencidas no ano de início de funções (2011)"; 40 membros dos gabinetes receberam subsídio de férias "vencidas a 1 de janeiro de 2012, com remuneração base até 1.100 euros, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do Artigo 21.º da LOE 2012".

Tendo sido ainda perguntado ao Governo pelos mesmos dois deputados, quantos funcionários de outros serviços e organismos ou entidades públicas receberam em 2012 o subsídio de férias, o Governo respondeu:

"(...) Tal como enunciado, e quanto aos pagamentos efetuados em 2012, há que distinguir três situações:

Grupo I - Trabalhadores que receberam subsídios de férias relativos a férias

vencidas no ano de ingresso na Administração Pública (2011) - 1323

Grupo II - Trabalhadores que receberam subsídios de férias relativos a férias vencidas a 1 de 2012, como remuneração base até 1.100 euros, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do Artigo 21.º da LOE/2012 - 95.208;

Grupo III - Trabalhadores que receberam, verbas referentes a subsídio de férias, designadamente por motivo da cessação de funções e acertos - 5.890."

O Governo nas suas respostas insiste em que os membros dos gabinetes terão recebido os subsídios de férias nos mesmos termos que outros trabalhadores.

Das respostas do Governo não resulta o assumir de qualquer mudança relativamente ao confisco dos subsídios de férias dos trabalhadores de empresas de capitais públicos, como as do Grupo Caixa Geral de Depósitos, ou institutos públicos como o ISP e o IFAP, entre outros.

Dois pesos e duas medidas

O Governo aplicou de facto dois pesos e duas medidas no que se refere aos trabalhadores de empresas de capitais públicos e funcionários públicos em relação aos trabalhadores de empresas do setor privado ou, por exemplo, a titulares de outros tipos de rendimento, criando uma intolerável situação de falta de equidade e de desigualdade, como reconheceu o Acórdão n.º 353/2012 do Tribunal Constitucional. O tribunal, contudo, de forma inconsequente, determinou que "os efeitos desta declaração de inconstitucionalidade não se apliquem à suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de Natal, ou quaisquer prestações correspondentes aos 13.º e, ou, 14.º meses, relativos ao ano de 2012".

Como escreveu o Prof. Luís Menezes Leitão: "Tal decisão é preocupante, e implica uma verdadeira subversão da Constituição, vindo o Tribunal Constitucional a legitimar durante um ano a continuação do confisco a cidadãos, que ele próprio julgou inconstitucional". (Anotação ao Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 353/2012, Revista da Ordem dos Advogados, ano 72, Lisboa, janeiro/março 2012, p.420).

O que está em causa - a contratação coletiva

O que está em causa não é o facto dos trabalhadores de seguros das empresas

de capitais privados (ou, em geral dos trabalhadores do sector privado) terem recebido o subsídio de férias em 2012.

O que está em causa é que todos os trabalhadores de seguros e da banca do setor público ou empresarial do Estado e institutos públicos tinham direito a receber o subsídio de férias (e de Natal) com base nos IRCT foram dele(s) privado(s) de forma injusta, ilegal e inconstitucional.

Este facto não viola apenas o princípio da igualdade, como declarou o Tribunal Constitucional, afronta também um direito fundamental dos trabalhadores, o direito à contratação coletiva, matéria que aquele Tribunal ainda não foi chamado a analisar a este respeito.

O Art. 56.º da Constituição da República Portuguesa (CRP) estabelece:

"3. Compete às Associações sindicais exercer o direito à contratação coletiva, o qual é garantido nos termos da lei."

Este direito está também protegido pela Convenção n.º 151 da OIT, ratificada por Portugal.

A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, que com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa adquiriu força vinculativa, proclama no Art. 28.º, o direito de os trabalhadores, as entidades empregadoras e as organizações respetivas negociarem e celebrarem convenções coletivas aos níveis apropriados, sem qualquer exclusão. Na mesma linha vão o Art. 6.º da Carta Social Europeia (revista) e o Art. 12.º da Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores. A evolução da jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem relativamente à interpretação do Art. 11.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem também valoriza o direito à negociação coletiva, nomeadamente, no Acórdão Demyr e Baykara c. Turquia.

Em conclusão: não se verificou qualquer evolução da posição do Governo relativamente aos cortes dos subsídios de férias de Natal de 2012 de trabalhadores de empresas de capitais públicos e de funcionários públicos.

A FEBASE continua a bater-se contra esse confisco, utilizando todos os meios legais ao seu alcance. Só é vencido quem desiste de lutar. ■

*Advogado do STAS



Concurso FOTO FEBASE 2012

Fotos apuradas no mês de novembro

Tema:

ESTAÇÕES DO ANO



"A caminho do inverno"
Orlando Viegas



"Ao fim do dia"
Álvaro Carvalheiro



"Barracas"
Álvaro Carvalheiro



"Cheia"
Emanuel Pontes



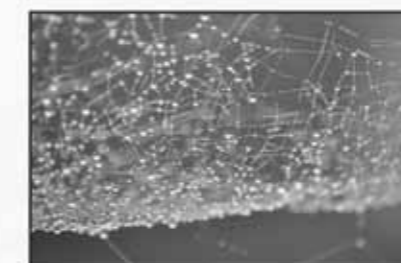
"Dia cinzento"
Luís Silva



"Finalmente chegou o verão"
José Caneiras



"Tolhas caídas"
Isabel Navarro de Castro



"Gotas de outono"
José Araújo



"Hum, doce de abóbora"
Sónia Finuras



"Perdido na praia"
José Caneiras



"Quentes e boas"
Cristina Mestre



"Reflexos de inverno"
Isabel Navarro de Castro

Salvaguardando casos de antecipação mais favorável

UGT reivindica pagamento mensal de metade dos subsídios

TEXTO: **INÉS F. NETO**

Face ao Orçamento do Estado para 2013, que penaliza fortemente trabalhadores e pensionistas, a UGT reafirma a necessidade de antecipar o pagamento mensal de metade dos 13.º e 14.º meses já a partir de janeiro. A central sindical manifesta ainda o seu empenhamento na defesa do Estado social e a oposição ao anunciado corte de quatro mil milhões de euros

Reunido um dia após a aprovação no Parlamento, pela maioria PSD-CDS, do Orçamento do Estado para 2013, o Secretariado Nacional da UGT exprimiu a sua "total oposição" àquele que considera um "Orçamento de ultra-austeridade" e o "mais irrealista de sempre".

Na Resolução aprovada na reunião de 29 de novembro, com apenas um voto contra, a central sindical deixa bem patente a sua opinião sobre os efeitos do OE 2013: "Penaliza fortemente os trabalhadores, os pensionistas e os cidadãos em geral, através de um brutal agravamento da carga fiscal que vai reduzir fortemente os rendimentos das famílias e agravar fortemente a crise, com consequente aumento do desemprego".

Para a UGT, "a menorização total das medidas de crescimento e emprego traduz bem a visão contabilística com o que o Orçamento foi elaborado", pelo que apela ao Presidente da República e aos partidos políticos para que seja solicitada a sua fiscalização preventiva pelo Tribunal Constitucional.

Para minorar os efeitos da política orçamental, a Resolução da central retoma uma reivindicação anteriormente apresentada: a necessidade de antecipar o pagamento de metade dos 13.º e 14.º meses, que "deverão ser pagos mensalmente a partir de janeiro" do próximo ano.

Em defesa dos bancários

Esta exigência – sendo embora reconhecida como justa e vantajosa para ajudar a generalidade dos trabalhadores portugueses a fazer face ao brutal aumento de impostos –, suscitou uma intervenção de Paulo Alexandre, enquanto representante do SBSI no Secretariado Nacional da UGT, no sentido de salvaguardar a tradição do setor bancário nesta matéria.

Nesse sentido, Paulo Alexandre alertou o órgão da central para o facto de no setor bancário, por convenção coletiva ou pela prática institucionalizada nos bancos, os trabalhadores receberem antecipadamente e por inteiro o subsí-

dio de férias (em janeiro ou abril, consoante as IC). O representante do SBSI deixou expresso o seu voto desfavorável à reivindicação da UGT, caso o texto da Resolução não fosse alterado de forma a defender todos os trabalhadores que por acordo ou prática das empresas recebam antecipadamente aquelas prestações.

Sensível a esta argumentação, a Resolução do Secretariado foi alterada, tendo passado a contemplar esta situação. Ou seja, à necessidade de antecipar o pagamento dos subsídios acrescenta que "salvo em todos os casos em que já existe antecipação mais favorável para os trabalhadores" – como acontece, nomeadamente, no setor bancário.

Relativamente à antecipação, a central reivindica ainda que "o mesmo deverá ser feito sobre o valor restante do 13.º e 14.º mês – 1,1 no total – para todos os pensionistas que sejam sujeitos ao agravamento da carga fiscal, analogamente ao que deverá acontecer com os salários dos trabalhadores do sector público".

Contra corte no Estado social

O Secretariado pronunciou-se também sobre outro tema candente da atualidade social e política: o anúncio de um corte de quatro mil milhões na despesa pública com o Estado social.

Na Resolução, a UGT considera "inaceitável a decisão do Governo de promover um corte de quatro mil milhões de euros na despesa, a decidir até fevereiro de 2013, por proposta do próprio Governo, que vai pôr em causa o Estado social e agravar a ultra-austeridade imposta pelo OE".

Lembrando, por exemplo, que o ensino obrigatório é gratuito nos termos da Constituição, a central sindical manifesta o seu "total empenhamento na defesa do Estado social, que se revelou fundamental para, na situação de crise, assegurar o acesso à educação, à saúde e à Segurança Social, garantindo um mínimo de segurança e de esperança aos cidadãos".

Nesse âmbito, a UGT declara que o debate sobre o Estado social deve mobi-

lizar os partidos políticos e a sociedade civil, mas "não pode ser conduzido numa perspetiva de cortes", antes tendo presente "a melhoria do funcionamento da administração pública, a garantia da qualidade na prestação dos serviços públicos, a sustentabilidade financeira do regime contributivo da Segurança Social e a melhor utilização dos recursos financeiros do OE".

Nesse contexto, exige ao Governo que o debate seja feito de modo parti-

cipado, com transparência e sem imposição de medidas unilaterais.

Respeito pela negociação coletiva

A Resolução reafirma ainda a defesa da negociação coletiva enquanto elemento estruturante do Estado democrático e exige a rápida publicação das portarias de extensão nos prazos fixados na resolução do Conselho de Ministros de outubro.

Em causa o regime contributivo da Segurança Social

Central ameaça romper relações com o Governo

Se o Governo não respeitar a autonomia da Segurança Social, a UGT romperá relações com o Executivo, avisa a central sindical numa Declaração divulgada após a reunião do Secretariado Nacional de 29 de novembro

A Declaração da UGT e as palavras de João Proença em conferência de imprensa não deixam margem para dúvidas: a central sindical cortará o diálogo com o Governo, caso a autonomia do regime contributivo da Segurança Social seja posta em causa.

"A UGT nunca aceitará que o Governo, não respeitando a Constituição e a Lei, se aproprie do regime contributivo da Segurança Social, dispondo livremente sobre cortes e utilizando como bem entender os seus fundos e as suas receitas e despesas", lê-se na Declaração.

Ou seja, a central recusa a utilização do Fundo de Estabilização Financeira para outros fins que não as pensões dos trabalhadores, explicou o secretário-geral. E, caso a autonomia do regime não seja respeitada, a "UGT assumirá a rutura das relações com o Governo", avisou.

"O regime contributivo da Segurança Social é totalmente financiado por trabalhadores e empregadores através da taxa social única (TSU), estando integrado no Orçamento do Estado em termos claramente autónomos, nos termos da Cons-

tituição e da Lei. É um seguro social, com custos suportados por trabalhadores e empregadores para garantir aos trabalhadores pensões e prestações sociais (subsídios de desemprego, doença e outros)", frisa a UGT, adiantando que este regime não pode ser confundido com o regime financiado por impostos.

A central recorda que sempre a UGT se bateu pela sustentabilidade financeira futura do regime contributivo, de modo "a garantir pensões dignas não só aos atuais pensionistas como o direito à pensão aos futuros pensionistas, nomeadamente os agora entrados no mercado de trabalho".

E foi para garantir a sustentabilidade do sistema no médio/longo prazo que assinou vários acordos de reforma e manteve "total disponibilidade para diálogo". No entanto, acusa, o Governo "tem vindo a dar sinais claros de não querer respeitar a autonomia do regime contributivo e o papel fundamental dos parceiros sociais na sua reforma".

Referindo que tem mantido com o Governo "relações institucionais normais", tal como com os anteriores, a UGT adianta a sua assunção de que face à crise atual "há uma necessidade reforçada de procurar soluções concertadas".

Mas, tendo em conta as suas responsabilidades perante os trabalhadores e o País, "se o Governo não respeitar a autonomia do regime contributivo da Segurança Social e o quadro constitucional e legal que o rege, a UGT assumirá a rutura das relações com o Governo, no quadro em que as mesmas se vêm desenvolvendo", conclui a Declaração. ■

O diálogo social na administração pública e no sector empresarial do Estado, particularmente nos setores em reestruturação, é outra das reivindicações da central sindical.

Por fim, a UGT exige políticas ativas de emprego que promovam o apoio aos desempregados, particularmente orientadas para os jovens, os desempregados de longa duração e os grupos em especial risco, nomeadamente os trabalhadores com menores qualificações. ■

João Proença alerta Executivo

"Aviso à navegação"

A UGT não tolerará que o Governo desrespeite a autonomia do regime contributivo da Segurança Social. Em declarações à revista "Febase", João Proença explica que a Declaração da central sobre esta matéria é um "aviso à navegação" ao Executivo de Passos Coelho

Revista Febase - Qual é o objetivo da UGT ao fazer uma Declaração sobre o regime contributivo da Segurança Social?

João Proença - É a exigência de uma clarificação sobre a autonomia do regime contributivo da Segurança Social e o compromisso claro da UGT de defesa do sistema de pensões, matéria fundamental na defesa do Estado Social.

P - A Declaração surge na sequência da entrevista do primeiro-ministro à TVI, em que considerou a hipótese de "mexer" nas reformas, admitindo não ser possível cortar quatro mil milhões de euros na despesa do Estado sem atingir também as pensões?

R - Sim, e também de mudanças unilaterais do Governo sem diálogo, nomeadamente ao nível do Conselho Nacional da Segurança Social.

P - Por que é que esta Declaração não foi integrada na Resolução do Secretariado Nacional?

R - A Declaração foi discutida no Secretariado Nacional e não integrada na Resolução por se tratar de um "aviso à navegação", antes do Secretariado Nacional poder, se necessário, assumir as suas decisões.

P - A UGT afirma, nessa Declaração, que o "Governo tem vindo a dar sinais claros de não querer respeitar a autonomia do regime contributivo". Que sinais são esses?

R - Os cortes e congelamentos verificados nas pensões e no subsídio de desemprego, o tratamento fiscal mais desfavorável dado às "PPR's" do Estado e as ameaças que pendem sobre o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social.

P - Qual é o receio da UGT?

R - A destruição do regime contributivo da Segurança Social.

P - A UGT ameaça assumir a rutura de relações com o Governo. Significa isso romper o acordo celebrado em sede de concertação social?

R - As consequências, caso necessário, serão assumidas no momento oportuno.

Repartição dos 13.º e 14.º meses em discussão pública

O diploma que estabelece um regime temporário de pagamento de metade dos 13.º e 14.º meses em duodécimos no setor privado deu entrada no Parlamento dia 29 de novembro – quando foi aprovado em Conselho de Ministros – e estará em discussão pública até 24 deste mês.

A Febase vai aproveitar o período de discussão pública para fazer chegar a sua reivindicação – a possibilidade de pagamento integral dos subsídios, como acontece nos bancos nos termos da contratação coletiva ou das práticas em vigor – aos grupos parlamentares, já a lei terá de ser aprovada pelo Parlamento.

Recorde-se que o Governo aprovou uma proposta de suspensão temporária das normas do Código do Trabalho sobre o pagamento de salários e pensões para que, em 2013, metade dos subsídios de férias e de Natal seja repartido por 12 meses, continuando a outra metade a ser paga nas datas e nos termos atualmente previstos.

O projeto de lei prevê a entrada em vigor da nova legislação a 1 de janeiro do próximo ano.

A importância da segurança e saúde no trabalho

A segurança e saúde no trabalho assume nas sociedades modernas uma preocupação crescente, bem expressa nas exigências legais e normativas emanadas. Também as empresas começam a organizar o trabalho através de políticas sólidas e de objetivos concretos nesta temática

TEXTO: José Luís Pais

O êxito das atividades a desenvolver no âmbito dos serviços de prevenção, como, de resto, o sucesso de qualquer política de prevenção de riscos profissionais, depende das competências e do contexto onde os profissionais vão desempenhar as suas funções. Desta forma é possível proceder ao incremento de sistemas e metodologias que permitem obter níveis mais adequados de segurança e saúde no trabalho.

Nos últimos anos, tem-se assistido a desenvolvimentos nas empresas que apontam para um, cada vez maior, envolvimento dos trabalhadores na tomada de decisões neste domínio. Neste

domínio a gestão da prevenção passa pelo alargamento do número de trabalhadores envolvidos na identificação de riscos profissionais e das respetivas medidas preventivas.

A crescente valorização da vida humana ao longo dos tempos encontra-se bem materializada ao nível do trabalho, quer em legislação, quer em normalização específica, que tem como principal objetivo garantir condições de trabalho dignas e adequadas, prevenindo a ocorrência de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

No decreto-lei n.º 441/91, de 14 de novembro, podemos encontrar os gran-



des princípios enquadramentos da política de segurança, higiene e saúde no trabalho, sendo ainda referido neste diploma a "necessidade de institucionalizar formas eficazes de participação e diálogo de todos os interessados na matéria de segurança, higiene e saúde dos trabalhadores e ambiente de trabalho".

Conselho Geral reúne-se no Porto pela primeira vez

TEXTO: PATRÍCIA CAIXINHA



O Conselho Geral do STAS reuniu em sessão ordinária, em 28 de novembro, pela primeira vez na cidade do Porto, nas recentes instalações adquiridas pelo Sindicato naquela cidade.

O objetivo foi dinamizar e criar uma maior proximidade do STAS junto dos seus associados na zona norte, utilizando o património que o Sindicato ali possui, e permitindo, desta forma, descentralizar a ação sindical.

As matérias, entre outras, sobre as quais os conselheiros se debruçaram foram as seguintes: tomada de posse dos conselheiros para o quadriénio 2012/2016; aprovação do regimento; discussão e votação do orçamento e do plano de atividades para 2013 (aprovado por unanimidade); análise da situação político-sindical; apreciação da proposta de alteração ao CCT de Seguros e tabela salarial para 2013.

Terminada a reunião, e já no regresso à capital, fez-se um balanço positivo do encontro, no qual se debateram aspetos sindicais cruciais. ■

A opinião de alguns formandos

1- Porque decidiu frequentar a ação de formação?

2- Considerou suficiente a carga horária da ação? Se não, que sugere?

3- Pronuncie-se sobre o conteúdo programático e a utilidade para a sua prática profissional e pessoal.

4- Alcançou os objetivos traçados por si, quanto a esta ação?

5- Observações.



Custódia Curto
(Cosec)

1 - Adquirir conhecimentos técnicos necessários que possam ser diagnosticados e implementados na realidade do nosso quotidiano profissional.

2 - Sim.

3 - O conteúdo programático foi conseguido, uma vez que me possibilitou adquirir ou reforçar/lembrar conhecimentos para a preparação e elaboração de uma eleição para os RT na segurança e saúde no trabalho, tais como valorizar o papel do mesmo, tanto em termos legais como práticos, assim como diferentes matérias a esse nível de identificação.

4 - Sim. Capacitou-me e consensualizou-me para a avaliação de situações/problemas na atividade profissional, utilizando métodos legais para melhorar as condições de trabalho.

5 - Considero que este tipo de cursos devem ser mantidos, no sentido de proporcionar aos formandos interessados, ferramentas que podem promover a melhoria das condições de trabalho.



Filipe Ricardo
(Inter Partner)

1 - Por um lado por desconhecer totalmente a problemática sobre a SST e por outro lado a fim de ganhar currículo na minha missão de delegado sindical e tarefas adjacentes.

2 - A carga horária é suficiente q.b. e permite que se possam debater aspetos práticos da matéria assim como ideias transversais, como por exemplo a consciencialização dos trabalhadores sobre os seus direitos e deveres.

3 - Acerca do conteúdo achei-o muito interessante, bem estruturado e bem enquadramento pedagógico, nos cadernos de apoios e no audiovisual, de forma a prender a atenção e de uma grande utilidade prática que sem dúvida irá, a seu devido tempo, dar os seus frutos.

4 - Completamente, porque possibilitou-me adquirir conhecimentos e preparar-me adequadamente para um eventual desempenho da tarefa e levar ações de sensibilização junto de terceiros.

5 - Gostaria de ressaltar a forma cordial como a ação decorreu, entre

colegas que sendo do mesmo "métier", trouxeram os seus conhecimentos, exemplo na área da sociologia ou da legislação, e partilharam as suas respetivas experiências profissionais e pessoais.



Fernanda Martins
(Açoreana)

1 - As matérias sobre a segurança e saúde no trabalho são uma matéria atual sobre a qual se está, no meu entender, a começar a dar a importância merecida, embora ainda haja algum caminho a percorrer, foi uma das razões que me levou a frequentar esta ação de formação.

A outra razão foi o facto de não possuir qualquer conhecimento sobre estas matérias, e desejar adquiri-las.

2 - Para quem não possui qualquer tipo de conhecimentos sobre as questões de segurança e saúde no trabalho, a carga horária, em meu entender, não é suficiente, sendo as matérias afloradas na superficialidade, permitindo ao formando adquirir conhecimentos genéricos.

3 - A ação de formação teve um carácter muito teórico, com poucos trabalhos

de natureza prática. O programa é interessante, mas extenso para a carga horária da formação. No entanto são matérias importantes que nos alertam para o facto de estarmos mais alerta e mais atentos, na nossa empresa e local de trabalho, a estas questões, verificar se são e como são cumpridas as normas sobre a segurança e saúde no trabalho na empresa.

4 - O que me levou a frequentar esta ação de formação foi a vontade de adquirir conhecimentos sobre as matérias de segurança e saúde no trabalho, objetivo que foi cumprido.

5 - Não apresentou.



Manuel Vilar
(Caixa Seguros)

1 - Estive vários anos ligado à área de logística na Companhia de Seguros Império, onde estive sempre atento à segurança e saúde no trabalho. Como sou formador, pensei adquirir mais conhecimento e mais tarde dar formação sobre este tema ou ser um representante dos trabalhadores na empresa sobre segurança e saúde no trabalho.

2 - Sim, considero suficiente. Caso pretendam alterar, devem reduzir e não aumentar a carga horária.

3 - O conteúdo programático está bem elaborado, as matérias estão ordenadas corretamente, a documentação usada foi suficiente e o método expositivo foi boa escolha com um senão, a sala não ter as mesas em U. Irei depois da conclusão do curso analisar a sua aplicabilidade na empresa. Fiquei a conhecer totalmente a Lei 102/2009.

4 - Sim, valeu a pena este esforço pós-laboral. Irei, caso haja essa oportunidade, aplicar estes conhecimentos. A vida é uma constante aprendizagem e a formação dá à nossa vida aquilo que podemos partilhar com os outros, o conhecimento.

5 - Sendo esta legislação tão importante na vida dos cidadãos e das empresas, pois trata de duas matérias tão importantes - segurança e saúde - deveria ter mais impacto na sociedade.

Foi uma boa iniciativa do STAS. Deverá haver outras no futuro e deverão também sensibilizar os empresários para a importância destas equipas, na ajuda que poderão dar para combater os riscos dos trabalhadores nas suas empresas. ■

Texto: **Inês F. Neto**



Odes à alegria

O calendário coralista do SBSI cumpriu-se mais uma vez, para deleite dos apreciadores de belas vozes. A sublime harmonia da música no Encontro de Coros Bancários, que celebrou a 20.ª edição, fez esquecer por momentos o triste outono do País

Se a realidade do País e do setor bancário em particular entristece e preocupa o mais otimista, valha-nos a beleza das vozes para nos aquecer o coração e colocar a alegria no nosso espírito. Foi assim no já tradicional Encontro de Coros Bancários, que este ano, ao comemorar duas décadas de atividade, alterou a data de realização e coube-lhe a honra de encerrar o calendário coralista do SBSI.

No Encontro de Coros, que decorreu como habitualmente no colégio S. João de Brito, ao Lumiar (Lisboa), na tarde do dia 17 de novembro, o auditório esteve sempre cheio de um público amante de música vocal, que se rendeu por completo à mestria dos seis grupos corais.

Ali se apresentaram os coros de cinco instituições de crédito: o Coro do Clube Millennium BCP, o Grupo Coral dos Serviços Sociais da CGD, o Coro do Grupo Desportivo e Cultural do Banco de Portugal, o Coral Santander Totta e o Coro do Grupo Desportivo e Cultural do BPI. O coro convidado foi o Grupo Vocal Arsís.

Versatilidade

Como sempre ao longo das várias edições do Encontro, o público não se fez

rogado nos aplausos de incentivo e apreço aos coralistas, que no total interpretaram quase quatro dezenas de peças. O repertório apresentado foi bastante eclético, preenchendo um leque estilístico variado e temporalmente diversificado, da música tradicional portuguesa e internacional aos espirituais, sem esquecer grandes clássicos como Händel e Bach ou Verdi.

O 20.º Encontro destacou-se pela aposta num repertório internacional, com especial incidência na música popular. Além das sempre impressionantes interpretações de clássicos portugueses como "Senhora do Almurtão" (Beira Baixa), marcaram também presença, como habitualmente, as canções de José Afonso, desta vez com "Vejam Bem", e do folclore nacional através da harmonização de Fernando Lopes Graça, de que é exemplo "Oh, que janela tão alta" (Trás-os-Montes).

Saliente-se ainda a estreia de um trecho operático no programa do Encontro de Coros – "La Gitana", da ópera de Verdi "Il Trovatore" – e a predominância de música da América-Latina de língua espanhola no repertório desta 20.ª edição.

O concerto terminou com a apresentação de duas peças pelo conjunto dos coros, quando mais de uma centena de coralistas interpretou "Jesus bleibet meine freude" (J. S. Bach) e "Canticorum júbilo" (G. F. Händel).

Iniciativa para continuar

O 20.º Encontro de Coros Bancários teve como grupo organizador o Clube Millennium BCP, cujo representante destacou a capacidade do SBSI nas várias vertentes em que desenvolve atividade, ou seja, "na sindical, que é muito complicada neste momento; na médica, onde é excelente, e na cultural, com o seu apoio ao longo destes anos".

Também o presidente da Direção do SBSI salientou o carinho do Sindicato por este tipo de iniciativas, agradecendo o trabalho de todos quantos tornam possível a sua realização. "É por vós e para vós que estes eventos são feitos; sem vós isto não seria possível".

Na sua intervenção, Rui Riso lembrou o momento complexo que o setor bancário atravessa. "Vivemos momentos particularmente difíceis, com uma redução brutal de postos de trabalho na banca como não há memória. Realmente, quando a banca se constipava a sociedade tinha uma pneumonia, mas desta vez parece que a doença é tão grave que já é a banca que está com pneumonia – e isso torna as coisas muito difíceis", frisou.

Referindo os coros das instituições de crédito presentes no evento, o presidente do SBSI adiantou: "Basta só olharmos para os nomes destes bancos para nos apercebermos que, na prática, todos eles, sem exceção, têm problemas. E todos têm reduzido o número de trabalhadores, na ordem dos 10% nos últimos cinco anos, o que é francamente significativo".



Rui Riso salientou o carinho do Sindicato por este tipo de iniciativas

Expressando a sua satisfação pelo espetáculo, Rui Riso enalteceu o "exemplo da força do coletivo numa sociedade cada vez mais individualista, porque a voz do coletivo chega a todo o lado". "Que melhor exemplo haverá no nosso Sindicato do que estas atividades coletivas para demonstrar que efetivamente juntos vamos mais longe?", questionou.

O presidente da Direção concluiu deixando a promessa: "Naturalmente vamos continuar a apoiar estes eventos." ■

Concerto de Reis em janeiro

O calendário coralista de 2013 do SBSI inicia-se logo a 7 de janeiro, com o Concerto de Reis na Igreja de S. Domingos, em pleno coração da Baixa lisboeta.



Entrevista a Jorge Rio Cardoso, autor do método "Ser bom aluno"

Aprender a estudar é fundamental

Textos: **ELSA ANDRADE**

Foi um aluno com notas sofríveis até compreender que lhe faltava uma metodologia de estudo – o mesmo problema que encontra em muitos dos seus alunos. Jorge Rio Cardoso, economista no Banco de Portugal e professor universitário, desenvolveu o projeto "Ser Bom Aluno, 'Bora Lá?" com o objetivo de combater o insucesso escolar. O livro dota os estudantes das ferramentas necessárias à construção do seu próprio método de estudo



Revista Febase – O que leva um professor universitário a lançar-se num projeto de combate ao insucesso escolar através do ensino de um método de estudo?

Jorge Rio Cardoso – Precisamente o facto de ao longo da minha vida de professor ter detetado essa lacuna. Sempre tive muitos alunos a lastimarem-se e a

perguntarem como poderiam ser "melhores alunos". Apesar de lhes dar alguns conselhos "avulso", verifiquei que não havia um manual que, de forma sistematizada, pudesse dar essa mais-valia. Daí este projeto...

P – Com base na sua experiência constata que os jovens não sabem estudar. Os

professores não se encarregam dessa missão?

R – Alguns jovens não sabem estudar, mas o problema principal é que os professores são incumbidos de lecionar as matérias curriculares (Português, Matemática, Geografia) e não propriamente de lhes ensinarem métodos de estudo. Os professores têm um programa para cumprir e é nisso que se centram, se não o cumprirem terão obviamente problemas.

Em minha opinião, o sistema de ensino português deveria ter uma disciplina que ensinasse "métodos de estudo" mas, de facto, isso não existe. Creio que seria uma disciplina ideal para o 5.º ano de escolaridade.

P – O método que desenvolveu e expõe no livro destina-se a jovens dos 14 aos 20 anos. É igualmente eficaz ensinar a estudar um jovem do terceiro ciclo do ensino básico e um jovem no início de uma licenciatura, com vícios adquiridos?

R – Sim, é eficaz para todos os níveis. A metodologia baseia-se em princípios comuns: apelo à memória lógica (em prejuízo da mecânica) e princípios dos mapas mentais, por exemplo.

P – Refere, logo no início, que cada caso é um caso. Ainda assim é possível adiantar conselhos suficientemente abrangentes para serem aplicados por todos?

R – Sim, claro. Os conselhos passam, em boa parte, por criar regras de trabalho e estudo, ou seja, uma sistematização sobre o que devem fazer a cada passo. Depois de lerem os conselhos dados no livro, o estudo, até aí algo "esotérico" e em relação ao qual não sabiam muito bem por onde começar, passa a ser algo mais concreto, dividido em quatro fases muito objetivas. De qualquer forma, os conselhos que dou não são apenas técnicos, mas também emocionais. Ensino, dando exemplos, que devem saber lutar contra a adversidade, não desistirem nas primeiras contrariedades, saberem adiar a recompensa (ou tempo livre). No fundo, procuro transmitir-lhes elementos que hoje em dia são referidos na chamada inteligência emocional.

Quatro fases de estudo

P – Enquanto estudante começou por ter resultados sofríveis, até concluir que tal se devia à falta de uma metodologia de estudo. Essa metodologia está na base do seu programa?

R – Sim, também está. Aliás, para escrever este livro e o anterior, procurei recriar a situação de "mau aluno" por mim vivida e a forma como a ultrapassei. Mas devo dizer, até para orientação de pais e alunos com este tipo de situação, que o problema não era exclusivo da falta de método. Havia problemas de falta de autoestima, por exemplo, que me faziam "bloquear" e perder a concentração quando estudava. O livro procura também, de forma "discreta", fazer com que os alunos, sobretudo os que atravessam fases complicadas da sua vida familiar, possam isolar os problemas e concentrar-se melhor no estudo.

P – Em síntese, no que consiste o Método "ser bom aluno"?

R – O método consiste, em resumo, em quatro fases: recolha de apontamentos; compreensão e memorização das matérias; fase de relacionamento de matérias e, finalmente, a autoavaliação. É claro que estas fases são percorridas de forma diferente – consoante as disciplinas sejam mais teóricas ou mais práticas –, e para cada uma são dados conselhos importantes e referidos erros frequentes que os alunos devem estar preparados para evitar.

P – Qual o principal conselho que dá a um estudante?

R – Ter uma atitude proactiva, ou seja, o aluno age e antecipa os eventuais problemas, não espera que eles surjam para depois os resolver. Com esta atitude irá mudar a maior parte dos seus comportamentos e passará, por exemplo, a fazer um

estudo sistemático ao longo do ano letivo e a não deixar tudo para a última hora.

Há tempo para tudo

P – Utiliza uma linguagem descontraída socorre-se de depoimentos de jovens e professores que comprovaram os resultados do seu método. Considera que estas são "armas" capazes de incentivar outros alunos a lerem o livro e compreenderem que há uma forma correta de estudar para obter boas classificações?

R – Penso que os bons exemplos, com pessoas e casos reais, são muito importantes para passar a ideia de que "melhorar é sempre possível". Quis também mostrar – porque é verdade –, que a ideia de que o bom aluno é "um cromo", um "marrão" ou pouco cool é completamente destituída de fundamento. Os bons alunos que deram os seus depoimentos, na sua maioria, têm hobbies e não se centram apenas no estudo. Há exemplos dos que fazem: natação, basquete, até hip-hop.

P – Em sua opinião, esta poderá ser uma forma de combater o abandono escolar, que atinge índices tão elevados em Portugal?

R – É uma forma, mas apenas isso. O abandono escolar tem muitas vezes razões económicas, que se prendem com situações de pobreza e baixo rendimento, sobretudo no atual contexto de crise. Aqui já temos um problema social que deve ser resolvido previamente. É difícil uma criança, ou mesmo um pré-adolescente, estar concentrado quando passa por carências várias.



P – O livro foca-se em três grupos fundamentais do processo educativo: alunos, professores (e escolas) e pais. Considera que todos necessitam de modificar hábitos para combater o insucesso escolar dos jovens portugueses?

R – Sim, muitos destes agentes devem modificar hábitos, o que não quer dizer que muitos não tenham já as atitudes corretas. Mas, caso não as tenham, ou

Autor dá ação de formação gratuita a sócios e filhos estudantes

Jorge Rio Cardoso, professor universitário e autor do livro "O Método Ser Bom Aluno: 'Bora Lá?" vai realizar duas ações de formação no SBSI. A primeira tem como público-alvo os associados com filhos estudantes, a segunda os filhos dos sócios com idades entre os 11 e os 18 anos. As sessões de formação são gratuitas.

Na formação dedicada aos estudantes, Jorge Rio Cardoso responderá, entre outras, às questões:

- Como organizar o estudo?
 - Como melhor compreender e memorizar as matérias?
 - Como estar permanentemente motivado?
- Na sessão com os pais serão abordados os temas:
- Como motivar o meu filho para o estudo?
 - Como ajudar nos seus estudos? O que devo fazer?
 - Devo compensar? De que forma?
 - Explicações: sim ou não?
 - Como lidar com a "tentação" dos filhos pelas novas tecnologias? Retirá-las em tempo de aulas?

As ações de formação, com cerca de uma hora e meia de duração, realizar-se-ão em finais de janeiro/princípios de fevereiro (em data a divulgar oportunamente) e exigem inscrição prévia.

queiram melhorá-las, o livro dá conselhos sobre isso.

Resultados comprovados

P – Este livro é uma continuação do primeiro em que explana o seu método. O que traz de novo a quem leu o primeiro?

R – É uma continuação, embora com mais conteúdos e aproveitando a experiência adquirida pela aplicação no terreno ao longo de quatro anos. Diria que no outro existia um método teórico que agora aparece testado e calibrado com base na realidade. Este livro tem conteúdos completamente novos para os alunos: como fazer trabalhos/relatórios/teses, trabalhar em grupo, falar em público. Por outro lado, tem conselhos para professores e escolas (não existia no anterior) e sugestões para pais, apresentados de forma mais sistemática e apelativa.

P – Pensa continuar, através de novas obras, a incentivar os jovens portugueses a estudarem de forma eficaz?

R – Dado o sucesso e as críticas positivas, penso continuar a fazê-lo. Creio que devo aprender ainda mais sobre este assunto, para transmiti-lo a quem possa precisar. Neste combate ao insucesso e abandono escolar todos somos poucos. No entanto, para haver melhores alunos é preciso que eles o queiram, daí lançar-lhes o desafio: "Bora Lá?" ■

Calendário aprovado para diversos campeonatos



O Pelouro dos Tempos Livres acaba de aprovar o calendário de realização de vários campeonatos que estão sob a sua organização e que se referem aos apuramentos para as respetivas finais nacionais.

As inscrições já decorrem e devem ser feitas quanto antes, podendo os boletins de inscrição serem obtidos na Secção Administrativa, na sede do Sindicato, junto dos Secretariados das Secções Sindicais ou no sítio sbisi.pt, na opção tempos livres/atividades desportivas, com a indicação da modalidade pretendida, logo a seguir.

King

A primeira modalidade a arrancar é o king, com inscrições abertas até ao próximo dia 21 e com início marcado para 5 de janeiro, nas instalações do Sindicato, realizando-se as seis restantes jornadas do apuramento de Lisboa entre 19 de

janeiro e 27 de abril, com a final marcada para 25 de maio e a final nacional para 26 e 27 de outubro, em Miranda do Douro.

Snooker

A segunda a arrancar é o snooker "bola oito", com inscrições abertas até 7 de janeiro e que terá duas fases na área de Lisboa e apuramentos nas Secções Regionais.

A 1.ª fase de Lisboa começa em 21 de janeiro e prolonga-se até 21 de fevereiro, com a 2.ª fase a ter lugar entre 4 de março e 11 de abril. Em 27 e 28 de abril apuram-se os participantes na final do Sul e Ilhas, marcada para 11 e 12 de maio, em Lisboa, estando a final nacional prevista para 5 e 6 de outubro, em Tomar.

Futsal

A 37.ª edição dos TNIFS (torneio nacional interbancário de futsal) começa em

25 de janeiro, com inscrições abertas até 16 desse mês.

O sorteio dos jogos das séries de Lisboa terá lugar em 22 de janeiro e as regras do torneio são semelhantes às dos torneios anteriores.

Pesca

Os campeonatos interbancários de pesca começam com as provas de mar, marcadas para 23 de fevereiro, em Peniche, 23 de março, em Porto Covo, e 20 de abril, em Peniche, estando a final nacional prevista para 12 de outubro, também em Peniche.

O campeonato de surfcasting arranca em 9 de março, na praia da Comporta, e prossegue em 6 de abril, no Carvalhal, e 4 de maio, nas Areias Brancas, onde também se realiza a final nacional, duas semanas depois.

O campeonato de rio começa mais tarde, em junho, com as três provas nesse mês: no dia 1 na barragem do Maranhão, em 15 na pista de Santa Justa, e em 29 em Coruche, estando a final nacional já marcada para 29 de setembro, em local ainda por indicar.

As inscrições devem ser feitas até 1 de fevereiro, exceto para o campeonato de rio, que decorrem até 10 de maio.

Tiro

O campeonato de tiro, em fosso universal e com 75 pratos, começa em 23 de fevereiro, nos Rolos, e prossegue em 9 de março, na Ota, 20 de abril, em Pegões, 18 de maio, em Beja, e 1 de junho, de novo em Pegões.

As inscrições têm lugar até cinco dias antes da realização de cada prova, a final do SBSI está marcada para 15 de junho, no Pinhal, e a final nacional para Matosinhos, duas semanas depois.

Golfe

O torneio de golfe começa em 23 de fevereiro, em Belas, e terá mais três provas: em 30 de março, em Ribagolfe 2, em 20 de abril, em Santo Estêvão, e em 25 de maio, em Montado, sendo esta simultaneamente a final do Sul e Ilhas.

A final nacional deverá ter lugar em Ponte de Lima, em 19 de outubro. ■

Formação

Atividade mais recente envolveu uma centena de associados



O Pelouro da Formação desenvolveu intensa actividade formativa nos meses de outubro e novembro.

Prova disso foi a realização dos cursos de "Compliance", "Gestão de clientes", "Gestão do risco na ação comercial" e "Sociedades offshore", destinados a associados da zona de Lisboa e que envolvem cerca de 85 formandos.

Todas estas ações foram acompanhadas pelos elementos que constituem o Pelouro – Rui Santos Alves, Fernando

Martins e Arménio Santos – que, em breves intervenções no encerramento dos cursos, salientaram o momento complexo que se vive no setor bancário e evidenciaram que a prioridade fundamental do SBSI se deve centrar na defesa dos postos de trabalho. Referiram, ainda, o quão importante é o facto de os trabalhadores estarem sindicalizados, porque só com um Sindicato forte e coeso é possível enfrentar, com sucesso, os difíceis desafios que temos no futuro próximo.

Paralelamente, realizaram-se, também, dois cursos de informática para reformados: "Internet II" e "Photoshop I", que contaram com a participação de 22 associados.

Para o primeiro trimestre do próximo ano, e sem prejuízo de outras ações que venham a ser marcadas, estão já previstos os seguintes cursos:

Janeiro

Dias 12 e 13 - "Compliance", em Évora;
19 e 20 - "Branqueamento de capitais", em Lisboa;
26 e 27 - "Compliance", na Horta;

Fevereiro

2 e 3 - "Compliance", em Tomar;
9 e 10 - "Compliance", em Portimão;
16 e 17 - "Sociedades offshore", em Évora;
23 e 24 - "Compliance", em Faro;

Março

2 e 3 - "Sociedades offshore", em Portimão;
9 e 10 - "Compliance", em Santarém;
16 e 17 - "Branqueamento de capitais", em Angra do Heroísmo;
30 e 31 - "Sociedades offshore", em Tomar. ■

Futsal

Segunda fase já começou

Esta segunda fase está a ser disputada por quatro equipas, as duas primeiras da série A de Lisboa – BCP Foot Vet e Leopards – e as duas vencedoras da eliminatória preliminar – Softfinança Vet, que eliminou os Multinhos, vencedores da série B, com triunfo por 3-0, e os Uniteam, de Setúbal, que venceram os Alentejanos, de Portalegre, por falta de comparência destes.

A segunda fase vai prolongar-se até ao próximo sábado, dia 15, com os jogos a decorrerem no pavilhão dos Serviços Sociais da CGD, a partir das 14,30 horas, e com todas as equipas a defrontarem-se entre si, numa única volta.

Na primeira jornada, realizada no passado dia 1, os Uniteam bateram os



Softfinança Vet por 5-1, depois de terem chegado ao intervalo a perder por 0-1. Mas Jorge Santos fez a diferença e apontou quatro golos, que desequilibraram o marcador. E, no jogo seguinte, o BCP Foot Vet goleou os Leopards, por 9-0, apesar do primeiro golo só ter surgido aos 7 minutos.

A segunda jornada teve lugar no passado dia 8, com os jogos Uniteam - BCP Foot Vet e Softfinança Vet - Leopards, a que

nos iremos referir no próximo número, bem como aos jogos do próximo sábado, Softfinança Vet - BCP Foot Vet e Leopards - Uniteam, para fecho desta segunda fase do torneio do Sul e Ilhas que, recorda-se, completa a época do futsal para veteranos no setor, uma vez que os outros Sindicatos da Febase não organizaram, desta vez, os habituais torneios de apuramento regionais. Mas, para que o torneio do SBSI fique concluído, haverá que disputar, ainda, a sua fase final, a realizar em Beja, em 19 e 20 de janeiro, com a participação dos dois primeiros da segunda fase e os vencedores dos apuramentos das Ilhas, sabendo-se já que caberá aos Agriteam a representação açoriana. ■

Confraternização de informadores bancários

A Comissão Permanente do grupo de informadores comerciais da Banca quis aproveitar as páginas da revista Febase, de âmbito nacional, para informar que vai realizar o seu 52.º almoço de confraternização anual e que, para além do salutar convívio entre os que nele participam, contará também com uma nova homenagem a Augusto Póiares, um dos fundadores destas confraternizações anuais.

O referido almoço terá lugar em 12 de janeiro, num restaurante do Alto do Nobre, na estrada entre Caldas da Rainha e Foz do Arelho, com partida dos autocarros às 9,30 horas, junto a um hotel da zona de Entrecampos e regresso a Lisboa marcado para as 18 horas, estando ainda prevista uma visita cultural às Caldas da Rainha e, após o almoço, música para dançar, sorteio e distribuição de prémios.

A data limite de inscrição é a de 2 de janeiro e o preço a pagar de 29 euros, através de transferência bancária para os NIB 0033 0000 0018 0531 253 26 (José Pinheiro) ou 0035 0396 0012 8319 000 19 (Borges Martins/CGD). Mas, no dia do almoço, os inscritos deverão apresentar o comprovativo do pagamento.

Informações complementares podem ser obtidas junto dos elementos da Comissão Organizadora: Borges Martins (969 050 090) ou Ana Maria Carvalho (965 537 328). ■

SBN comemorou São Martinho em Vila Nova de Cerveira



Do alto de Sta. Luzia, a paisagem é deslumbrante.

O Sindicato dos Bancários do Norte comemorou o São Martinho com um magusto, em 17 de novembro e em Vila Nova de Cerveira. Os autocarros partiram junto à Câmara Municipal, em direção a Viana do Castelo, onde foi visitado o Santuário de Santa Luzia.

O Santuário localiza-se no alto do monte homónimo, na freguesia de Santa Maria Maior, na cidade, concelho e distrito de Viana do Castelo. Um dos "ex-libris" da cidade, dali se descortina uma vista ímpar

da região que concilia o mar, o rio Lima com o seu vale e todo o complexo montanhoso envolvente, um panorama que é considerado como dos mais bonitos do mundo segundo o "National Geographic".

O Santuário foi principiado em 1903, por iniciativa do padre António Martins Carneiro, com projeto do arquiteto Miguel Ventura Terra. A última etapa da construção, sob a direção do arquiteto Miguel Nogueira Júnior, a partir de 1925, é considerada como inspirada na Basílica do Sacré Coeur, em Paris. Os trabalhos de cantaria, em granito, são de responsabilidade do mestre canteiro Emídio Pereira Lima. Aberta ao culto em 1926, os trabalhos estenderam-se até 1943. Desde 1923 é servida por um elevador.

O santuário compreende ainda o Núcleo Museológico do Templo-Monumento de Santa Luzia, constituído por uma sala na parte inferior. O acervo é constituído por talha, imagens e azulejos.

O templo apresenta planta na forma de cruz grega, com elementos em estilo

neorromântico, neogótico e bizantino. No zimbório, uma varanda permite, em dias claros, descortinar um amplo panorama da região. Em termos artísticos, os vitrais das rosáceas foram executados em Lisboa, na oficina de Ricardo Leone.

O afresco que representa a Via Sacra e a ascensão de Cristo, na cúpula, é de autoria de Pereira da Silva. Os dois querubins no altar-mor são de autoria do escultor Leopoldo de Almeida e foram executados em mármore de Vila Viçosa, pelos mestres Emídio Lima e Albino Lima.

À entrada do templo destaca-se uma estátua do Sagrado Coração de Jesus, em bronze, de autoria do escultor Aleixo Queirós Ribeiro, datada de 1898. O carilhão é composto por 26 sinos.

Por causa da chuva, os cerca de 240 participantes não puderam desfrutar dos magníficos jardins do restaurante onde foi servido o almoço, mas, em compensação, no interior das instalações, a dança redobrou de intensidade até ao fim da tarde, animada por música ao vivo. ■

Magusto da delegação de Mirandela celebrado em Carrazeda de Ansiães

O Campo da Escola dos Escuteiros, em Carrazeda de Ansiães, foi o ponto de partida para o magusto da área da delegação de Mirandela, com mais de três dezenas de participantes.

O programa cultural do convívio principiou, sob forte chuvada, no Centro Interpretativo do Castelo de Ansiães, onde Isabel Alexandra Lopes projetou um vídeo com os aspetos mais relevantes da vila e daquele concelho, tendo-se seguido uma visita guiada ao local. A vice-presidente da Câmara Municipal, Adalgiza Barata, deu as boas vindas à comitiva e, apesar do mau tempo, acompanhou os participantes até ao fim do programa cultural.

Ainda debaixo de chuva, seguiu-se a visita às ruínas do castelo e da igreja românica de S. Salvador. O mau tempo não permitiu que a comitiva apreciasse a paisagem, que, para quem conhece, é espetacular.



Mais à frente, o Eng.º Vasco, um dos responsáveis pela construção da barragem do Tua, deu informações, demasiado técnicas para alguns, sobre a dificuldade e a complexidade que aquela construção reveste. De regresso ao local da partida, já estava a ser preparado o lume para assar

a carne e as sardinhas e para cozinhar o caldo verde. Após alguma demora, natural nestas circunstâncias, foi dado início ao almoço, cuja principal atração eram as castanhas assadas, embora em magusto que se preze seja obrigatória a animação musical. ■

Grupo de Teatro Infantil do SBN brilha com "A princesa dos pés pretos"

Textos: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

"O teatro, que nada pode para corrigir os costumes, muito pode para mudá-los."
(Jean-Jacques Rousseau)

O Grupo de Teatro Infantil do SBN, constituído por filhos de associados e colaboradores com mais de 6 anos, apresentou em 18 de novembro, no auditório da Junta de Freguesia de Esmoriz, a peça "A princesa dos pés pretos", com texto de José Vaz e encenação do associado Francisco Santos.

O espetáculo traduziu-se num significativo êxito, dado que as duas centenas de espectadores não regatearam aplausos aos jovens artistas.

Acrescente-se que o grupo foi um dos convidados para se apresentar no 13.º Festival de Teatro de Esmoriz, o que, só por si, representa um justo reconhecimento da qualidade do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido.

Francisco Santos refere que, "ao escolhermos "A princesa dos pés pretos", acolhemos e acarinhámos o propósito de



José Vaz, que partilhamos na íntegra. Assim, com os devidos agradecimentos ao autor, vimos a público com esta peça, interpretada bem ao jeito do Grupo de Teatro Infantil do SBN, transmitir alegria, cor e fantasia, mas, neste contexto, deixar as mensagens pertinentes do alerta para a poluição e suas consequências, tão nefastas para o ser humano. Os atos, conscientes ou inconscientes, no nosso dia-a-dia, prejudiciais à natureza, são, de imediato ou a posteriori, refletidos em nós ou, o que nos dói mais, aos nossos filhos. Que exemplos, que herança, que cultura ambiental e que condições de sobrevivência lhes deixamos? Não acreditamos na condição egoísta do ser hu-

mano, mas sim na sua falta de sensibilização. Daí a nossa teimosia, o nosso esforço, o nosso empenho."

Sublinhe-se, entretanto, que o grupo tem já um longo historial, embora sob outra denominação, tendo apresentado as peças "Pequeno retábulo de D. Cristóvão", de Federico García Lorca; "O Farruncha", de Jaime Gralheiro; "O assassino de Macário", de Camilo Castelo Branco; "A história do soldado", de Stravinsk e Ramuz; "Amparo de mãe", de Jorge de Sena; "A sombra da ravina", de Synge; "O papão e o sonho", de Jorge Letria; "O julgamento da poluição", "A lenda de Salomão" e "O leão e o grilo", de Fernando Peixoto". ■

"À moda do Porto"

Última exposição do projeto



José Cerqueira

O Núcleo de Fotografia do Sindicato dos Bancários do Norte assinalou o encerramento do projeto "À moda do Porto" com mais uma exposição, rememorando todo o envolvimento socio-cultural e artístico, com a mostra de todos os quinze temas exibidos e cuja execução foi de maio de 2011 a setembro de 2012.

A exposição esteve patente na galeria do SBN, Rua Conde de Vizela, 145, até 14 de novembro, e evidenciou a realização de um extenso e interventivo percurso.

"Natal"

Entretanto, no seguimento da ação cultural do SBN, o Núcleo inaugurou, na mesma galeria, em 21 de novembro, uma nova exposição dedicada ao Natal, que pode ser visitada até 23 de janeiro, todas as quartas e quintas (exceto feriados), das 15 às 17,30 horas.



Viana Basto

Os autores desta nova mostra são os componentes do Núcleo, Aires Araújo Pereira, António Alberto Costa, António Eurico Morais, Eduardo Nogueira, Fernando Mário Castro, Joaquim Silva, Jorge Viana Basto, José Cerqueira, José Godinho, Júlio Pereira, Manuel Manarte, Manuel Pereira Cardoso, Manuel Santos Vale, Mário Pina Cabral e Rui Manuel Costa, a quem os corpos gerentes do Sindicato expressam o seu agradecimento, pela forma desinteressada como têm vindo a colaborar com esta atividade do SBN, desejando a todos um feliz Natal e um bom ano de 2013. ■



Intensa atividade desportiva

TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

São muitos os associados do SBN que praticam atividade desportiva nos campeonatos que o nosso Sindicato organiza. E muitos desses campeonatos tiveram as suas finais regionais nas últimas semanas, como a seguir damos conta.

SBN representado na final nacional de bowling



Rogério Afonso

Após as jornadas de apuramento do 7.º campeonato regional, disputadas no salão de jogos do "Strike Bowl", em Matosinhos, ficaram apurados os participantes do SBN na final nacional: Rogério Afonso (BCP), Henrique Rêgo, Carlos Rodrigues e Joaquim Afonso (todos do BdP), Luís Cintra (Banif), Octávio Teixeira (BES), Lisete Pereira (BPI) e Fátima Bordonhos (BCP).

Maurício Cardoso venceu regional de king

Maurício Cardoso (BST/Aveiro), Mário Pinto Ribeiro (BES/Trofa), Henrique Dias



Maurício Cardoso

Nunes (BCP), Sérgio Cupertino Miranda (BES/Porto) e José Madureira Almeida (BCP) foram, pela ordem, os cinco primeiros classificados no torneio regional e representaram o SBN na final nacional. As jornadas deste 5.º campeonato disputaram-se no salão de jogos do Sindicato.

Teófilo Farelo foi primeiro no regional de snooker "bola 8"

Terminado o 7.º torneio regional de snooker "bola 8", ficaram apurados para a final nacional os quatro primeiros classificados: Teófilo Farelo (MG/Porto), José Caio (BES/Porto), Francisco Santos (BES/Porto) e José Lino (BST/Ílhavo), enquanto Mário Caldas (MG/Porto) ficou em 5.º lugar.

Encontrados os campeões regionais de ténis

Concluído o 30.º torneio regional interbancário de ténis do SBN, com a presença

de cerca de quatro dezenas de participantes, foram estes os campeões nas respetivas categorias: João Silva (CCAM), em seniores; José Santiago (BCP), em veteranos com mais de 45 anos; Fernando Cunha (BCP), em veteranos com mais de 55 anos; António Afonso (CGD), em vetera-



Fernando Cunha

nos com mais de 60 anos; Marques Almeida (BdP), em veteranos com mais de 65 anos; Maria Dores (BST), em senhoras.

Torneio de ténis de mesa começa no dia 29

No próximo dia 29, no auditório do SBN – Rua de S. Brás – e com início às 9 horas, vai realizar-se o 4.º torneio aberto de ténis de mesa, em masculinos e femininos, destinado aos associados. A inscrição é gratuita e deverá ser efetuada até ao dia 14, nos serviços do Sindicato, onde poderão ser obtidas mais informações. ■

Seminário em Figueiró dos Vinhos

Autarquias e solidariedade são indispensáveis em zonas deprimidas do interior

TEXTO: SEQUEIRA MENDES

A UGT-Coimbra e a UGT-Leiria, com a colaboração da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, levaram ao "pinhal interior" – que será, com toda a probabilidade, o território do distrito mais deprimido e que engloba, nesta definição, ainda, os concelhos de Pedrógão Grande e de Castanheira de Pera – um interessantíssimo debate sobre o desenvolvimento das regiões e territórios do interior, onde esteve presente, como convidado, o ministro da Solidariedade e da Segurança Social, Pedro Mota Soares.

Pela manhã, o ministro foi recebido, em sessão solene, na Câmara Municipal, tendo o Presidente, Rui Silva, dado as boas vindas ao ministro e cumprimentando todos os presentes. Antes de almoço, ainda teve lugar uma visita à Santa Casa da Misericórdia, uma instituição de referência no panorama assistencial do concelho e do "pinhal interior", que, além das valências de caráter assistencial de que dispõe, se apresenta como o segundo maior empregador do concelho, logo a seguir à Câmara Municipal.

À tarde e no Clube Figueirense - Casa da Cultura, teve lugar o seminário subordinado ao tema "Desenvolvimento: constrangimentos, oportunidades e desafios". Carlos Silva, que é também um homem do "pinhal interior", moderou o debate, que se iniciou com Rui Silva a agradecer à UGT a realização, ali, daquele seminário, tendo feito, de seguida o enquadramento das necessidades que têm os referidos concelhos e que são suscitadas pela sua localização, enumerando as respostas que a autarquia tem dado a esta problemática. Terminou, solicitando ao ministro o reforço das medidas que minimizem a interioridade.

Amílcar Coelho, Presidente da UGT-Leiria, definiu o que é interior e classificou o desemprego como a grande maleita destas regiões.

A convidada Ana Sargento, docente do Instituto Politécnico de Leiria, apresentou os assistentes com uma brilhante dissertação sobre a economia social desta região deprimida, abordando várias temáticas, nomeadamen-



te como se define uma região deprimida, analisando-a do ponto de vista demográfico, das suas condições de vida, do seu poder de compra, dos apoios sociais, segurança e condições de vida. O mercado de trabalho e o desemprego e a sua classificação, do ponto de vista etário, também lhe mereceu reflexão, terminando por afirmar que se estas regiões não forem competitivas serão absorvidas, conduzindo à sua desertificação. Como estratégia a curto prazo, advoga o desenvolvimento de um *cluster*, que sirva de âncora nas relações global-local e a captação de *shared services*, que potenciem a ligação internacional e a densificação das ligações locais.

João Preença, outro convidado, referiu-se à grande atenção que estas autarquias do interior têm dado ao apoio local – jovens, idosos e população em geral, ao saneamento básico, águas, eletricidade, educação e emprego, no sentido de fortalecer a coesão territorial, salientando que o próximo "quadro comunitário de apoio" deve discutir e virar-se para estas questões da coesão territorial. Por outro lado, afirmou, a crise e a depressão em que nos encon-



Rui Silva recebeu Mota Soares no seminário

tramos vão atrasar e prejudicar as políticas de crescimento e desenvolvimento regional.

Antes do encerramento da sessão, que esteve a cargo do ministro, elogiando o papel desenvolvido pelas instituições de solidariedade social (que, além do mais, são geradoras de emprego) e a quem prometeu mais meios financeiros, houve lugar ao lançamento de um livro "Envelhecer em tempos de crise, respostas sociais" da autoria de Eduardo Santos, docente do FPCEUC, livro que resultou de uma parceria daquele Instituto com a UGT-Coimbra. ■

Festas de Natal do SBN

Como é habitual, também este ano o SBN comemora o Natal, quer na região da sede quer nas delegações, com os mais diversos eventos para os filhos dos associados.

Assim, na região da sede, a iniciativa realiza-se no dia 15, às 11 horas. Os reis da festa serão os artistas do Circo Cardinali, na altura montado no Queimódromo, antiga Feira Popular, com entrada pela Circunvalação. Os bilhetes, sem os quais não será permitido o acesso, serão entregues na Loja de Atendimento do Sindicato, a partir do dia 12. Por outro lado, haverá estacionamento gratuito à porta do circo.

Calendário nas delegações

As festas de Natal nas delegações já começaram, tendo a primeira sido no Peso da Régua, no passado dia 1 e na escola secundária, com um espetáculo e um lanche às crianças. No dia seguinte foi a vez de Mirandela, onde houve uma ceia de Natal animada por um fadista local, num restaurante de Carrazeda de Ansiães.

As festas nas outras delegações também têm lugar no próximo sábado, dia 15, cada qual com o seu programa, sendo que Aveiro,

Guimarães, Penafiel, S. João da Madeira e Viana do Castelo juntam-se ao espetáculo do Circo Cardinali, mas às 14h45, no Queimódromo.

Braga – Às 17 horas, no Centro Comercial Avenida, com o filme "A Origem dos Guardiões" e animação pelo Grupo de Cavaquinhos da delegação. Segue-se um lanche, com lembranças para as crianças.

Bragança – Na sede da delegação, uma festa das 15 às 18,30 horas, com entrega de prendas de Natal às crianças.

Chaves – Das 16 às 18 horas, uma festa para crianças até aos 11 anos, no pavilhão da Quideslândia, na zona industrial velha. Para adultos, às 16 horas, no restaurante Bitoque, Cino-Chaves.

Valença – Às 14,30 horas, no Centro de Apoio às Empresas de Vila Nova de Cerveira, projeção do filme "Madagáscar 3" ou de "A Idade do Gelo 4", depois do que será servido um lanche às crianças, com distribuição de lembranças.

Vila Real – No Centro Comercial Dolce Vita, sessão cinematográfica às 11 horas, a que se seguirá um almoço volante no hotel Miracoro. ■

Lume, castanhas e vinho pelo São Martinho



Remonta a 2007 o primeiro grande encontro de reformados do SBC. Desde essa data, sempre pelo São Martinho, temos vindo a organizar este evento, que já ganhou fama e raízes no seio da nossa comunidade, com os nossos reformados a corresponder de forma entusiástica, deixando-nos indicações que esta festa não pode nem deve ser abandonada, antes aperfeiçoada

TEXTO: SEQUEIRA MENDES

Nesse primeiro encontro, na Guarda, a satisfação foi de tal modo elevada que, ano após ano, o SBC não tem poupado esforços para que nos orgulhemos de organizar uma festa de grande qualidade que agrade a todos, quer nos aspetos gastronómico e pantagruélico, quer no aspeto convivial.

Em 10 de novembro passado, o Departamento de Tempos Livres, em colaboração com os secretariados regionais, promoveu o 6.º Encontro de Reformados, exatamente no mesmo local de há seis anos, o restaurante Adelino Casamentos, com a presença de cerca de 350 colegas, que se fizeram deslocar em autocarros. Este encontro começou da melhor maneira – muita animação e muitas mesas excecionalmente bem servidas, quer em quantidade quer em qualidade, e com uma variedade impressionante de iguarias a servirem de

entrada. Seguiram-se os pratos quentes – sopa de legumes, arroz de tamboril e borreguinho no forno – fazendo jus ao que desta cidade se costuma dizer: farta, formosa, fria, forte e fiel.

Toda a estrutura sindical, nomeadamente a sua Direção e os secretariados regionais estiveram presentes. Esta presença em massa dos Corpos Gerentes é o sinal da importância que esta jornada de confraternização já ganhou no nosso seio, conferindo, com a sua presença, o grande realce do ato que estava a decorrer.

Aproveitando esta presença na Guarda, a Direção do SBC decidiu homenagear, no seu distrito de origem, o colega José Alberto Vale Fantasia, que se distingue pelo facto de ser o mais antigo sindicalista em exercício na área do SBC. Uma homenagem simples mas muito emotiva, que caiu bem em todos os presentes.

O Vice-presidente da Direção e Coordenador dos SAMS, Aníbal Ribeiro, na sua qualidade de anfitrião, dirigiu-se à comunidade, agradecendo a presença na hospitaleira e galharda cidade da Guarda, que tão bem sabe receber. Falou de forma entusiasmada dos SAMS e do que eles representam para todos os sócios do SBC, prometendo e assegurando uma gestão correta e ambiciosa, sempre na defesa intransigente dos nossos interesses. Desejou ainda boa viagem no momento da partida.

Carlos Silva, na sua qualidade de Presidente da Direção do SBC, saudou os presentes e referiu o caráter solidário que presidiu sempre a todas as decisões e posições que o SBC teve de tomar. Verberou a política que nos oprime, sob todos os pontos de vista, exigindo dos nossos governantes uma maior disponibilidade para que os dramas vivenciados por milhões de portugueses, uns no desemprego, outros emigrando à força, sejam minimizados. Despediu-se na esperança que o nosso futuro possa ser melhor.

Seguiu-se um fim de tarde muito animado com um baile muito participado, animado pelo duo Caravela de Seia.

Foi assim, nesta onda de grande alegria e entusiasmo que, pelas 19 horas começámos a rumar a casa, com o desejo de que, para o ano, haja mais. ■

Primeira Gala do Desporto decorreu em Coimbra

TEXTO: PEDRO VEIGA



Carlos Silva também debateu o grave momento que atravessa a Banca

A primeira Gala do Desporto, promovida pelo Sindicato dos Bancários do Centro, decorreu em 24 de novembro, num hotel de Coimbra.

Com o objetivo de proporcionar um salutar convívio entre os vários participantes das diversas modalidades desportivas que participaram nas nossas finais nacionais, o evento constituiu um sucesso, com a participação de cerca de meia centena de colegas.

Como convidados, estiveram igualmente presentes representantes dos

Sindicatos dos Bancários do Norte e do Sul e Ilhas, que colaboraram no debate sobre as finais nacionais que irão decorrer no ano vindouro.

Após a sessão de boas vindas, foram debatidos alguns temas sobre as finais nacionais e seguiu-se um almoço, onde o convívio, as histórias e sã camaradagem imperaram.

A Gala terminou com a entrega de uma lembrança comemorativa do evento a todos os participantes e com uma entusiasmante intervenção polí-

tico-sindical do nosso presidente da Direção, Carlos Silva, que, entre outros temas, debateu o grave momento que atravessa a Banca, nomeadamente a situação dramática que neste momento aflige os colegas do grupo Millenium/BCP.

Finda a Gala, ficou o desejo de a repetir no próximo ano, pois estes convívios são fundamentais para rever amigos e consolidar a grande família que é o Sindicato dos Bancários do Centro. ■

“Crise económica e sindicalismo” continua em discussão

TEXTO: SEQUEIRA MENDES

A crise económica e o sindicalismo tem sido a temática dominante dos vários eventos que têm ocorrido nos últimos tempos, organizados por várias Uniãos distritais da UGT e por outras organizações, nas quais tem participado o Presidente da Direção do Sindicato dos Bancários do Centro, nesta qualidade.

Neste âmbito, a UGT-Portalegre organizou um debate em 24 de novembro, onde Carlos Silva interveio, bem como os Presidentes do SINDEP e do

SINDETELCO, Carlos Chagas e Manuel da Silva, respetivamente.

Perante a sala do auditório do Centro de Emprego de Portalegre cheia de participantes e com uma boa cobertura da comunicação social regional, os oradores expuseram as suas opiniões político-sindicais, tendo as mesmas suscitado vivo debate e muitas perguntas, que foram sendo respondidas e comentadas.

A organização esteve a cargo do Secretariado da UGT-Portalegre, presidida por Chambel Tomé. ■

CITEFORMA completa 25 anos

O CITEFORMA, Centro de Formação Profissional criado através da celebração de um protocolo entre o SITESE e o IEF, comemorou os seus 25 anos de existência em 29 de novembro, com uma conferência, onde foram oradores o Presidente da Direção do Sindicato dos Bancários do Centro e o Professor Paulo Alves, do ISEG, a convite do Presidente do SITESE, Luís Azinheira. O encerramento esteve a cargo do Secretário-Geral da UGT, João Proença.

Ligue Grátis

800 200 343

www.widex.pt

UMA PARCERIA QUE O VAI DEIXAR A OUVIR MELHOR.

3 VANTAGENS ÚNICAS WIDEX PARA O BENEFÍCIO SAMS:

- 1. Os melhores especialistas do país em reabilitação auditiva.**
Aparelhos auditivos de alta definição WIDEX, com condições especiais.
- 2. Serviço com Certificação de Qualidade ISO 9001/2008***
Audiologistas licenciados e um serviço pós-venda único em 24 horas garantem que retirará o máximo de proveito do seu aparelho Auditivo WIDEX.
- 3. Melhoria da sua qualidade de vida.**
Tome uma iniciativa pela sua audição e aproveite a sua vida.



WIDEX
CENTROS AUDITIVOS

OFERTA DISPONÍVEL

no Centro Clínico Ambulatório do SAMS, Serviço de Audiofonia, Lisboa ou em qualquer CENTRO AUDITIVO WIDEX em todo o país. Saiba tudo sobre a sua audição em www.widex.pt



Amora | Angra do Heroísmo | Aveiro | Braga | Cascais* | Castelo Branco* | Chaves | Coimbra* | Covilhã | Elvas | Évora | Faial | Faro* | Funchal
Guarda | Guimarães | Ilha do Pico | Leiria* | Lisboa* | Ponta Delgada | Porto* | Portalegre | Setúbal* | Sines | Tavira | Viseu*

*(Centros Auditivos com actividade certificada.)